



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Curso: Serviço Social

Projecto de Graduação

Sem-Abrigo - custos do processo de (re)socialização.

Orientador: Mestre Jorge Rebelo

Discente: Joaquim Ferreira (16842@ufp.edu.pt)

Porto, 22 de Maio de 2009

Índice Geral

Índice de Tabelas	3
Índice de Gráficos	4
Índice de Anexos	5
Introdução	6
Capítulo I – Enquadramento Teórico	8
1. Conceptualização do fenómeno dos Sem-Abrigo	8
1.1 Conceito	8
1.2 Quem são os Sem-Abrigo?	9
1.3 Exclusão Social e os Sem-Abrigo	10
2. Natureza do fenómeno dos Sem-Abrigo (Porto).	12
3. Alteração dos modos de vida – Processo de (re)socialização	17
3.1 Processo de (re)socialização	17
3.2 Intervenção Institucional	20
3.3 Política Social	24
Capítulo II – Estudo Empírico	29
1. Metodologia	29
2. Objecto e objectivos de estudo	31
2.1 Objectivo Geral	31
2.2 Objectivos Específicos	31
3. Técnicas e instrumentos utilizados	32
4. População/alvo do estudo	32
Capítulo III – Apresentação e Análise dos Dados	34
1. Grupo Etário e Sexo	34
2. Orçamentação e Distribuição de Verbas	37
3. Valor Médio	42
4. Medidas de Protecção Social	43
5. Discussão	46
Conclusão	49
Bibliografia	51

Índice de Tabelas

Tabela 1	Instituições e Recursos do Porto	21
Tabela 2	Idade e Número de Processos	34
Tabela 3	Média de Idades	36
Tabela 4	Orçamento do Segurança Social/Ação Social	37
Tabela 5	Totais Atribuídos	39
Tabela 6	Subsídios – Precariedade (Abril a Dezembro de 2008)	39
Tabela 7	Subsídios – SIDA Toxicodependência (Abril a Dezembro de 2008)	40
Tabela 8	Subsídios – Toxicodependência (Abril a Dezembro de 2008)	40
Tabela 9	Média	42
Tabela 10	Protecção Social/Precariedade	43
Tabela 11	Protecção Social/Sida	44
Tabela 12	Protecção Social/Toxicodependência	44

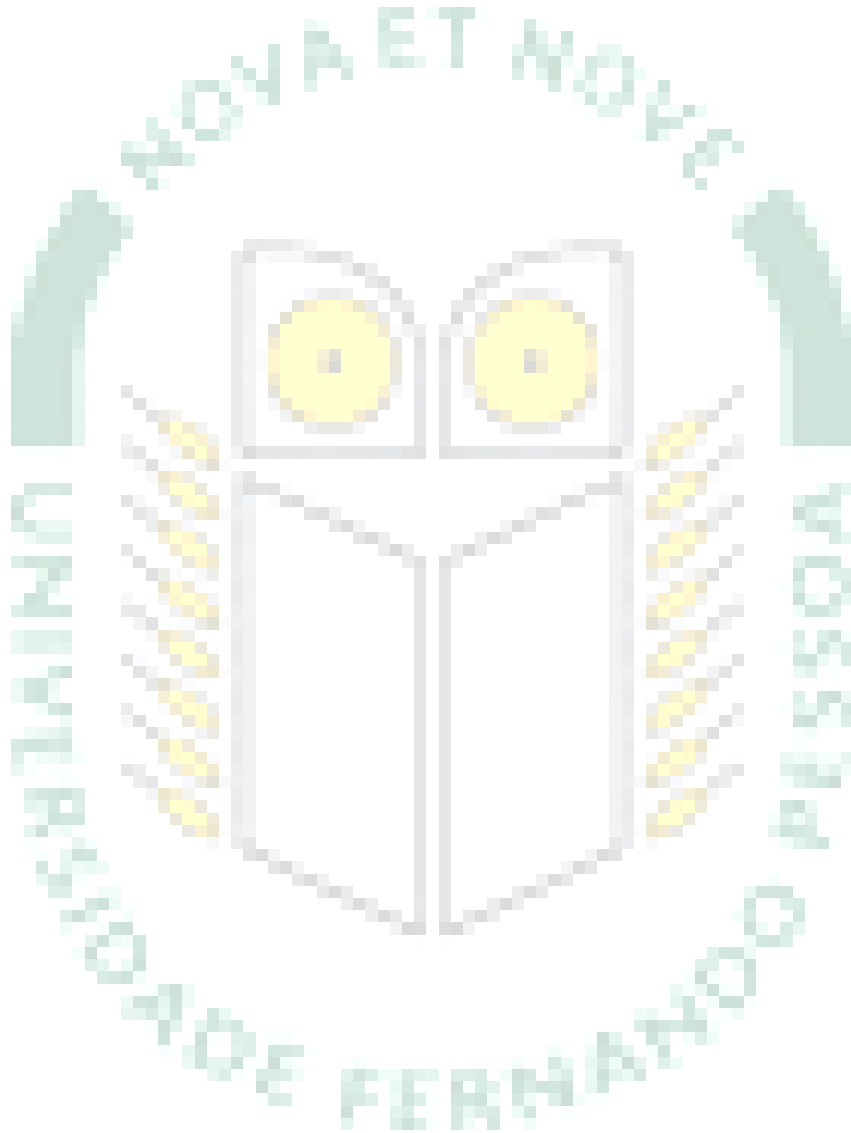
Índice de Gráficos

Gráfico 1	Famílias Beneficiárias do RSI por região	13
Gráfico 2	Beneficiários RSI – Dez/2007 a Dez/2008	14
Gráfico 3	Problemas que conduziram à situação de Sem-Abrigo	15
Gráfico 4	Totais Processos	33
Gráfico 5	Número de Processos e Grupo Etário	35
Gráfico 6	Custo Total de processos e Grupo Etário	35
Gráfico 7	Número de processos por Sexo	36
Gráfico 8	Percentagem de processos por Sexo	37
Gráfico 9	Distribuição de Valores	38
Gráfico 10	Comparativo	41
Gráfico 11	Total da Distribuição de Protecção Social	45

Índice de Anexos

Anexo I Ficheiro original do ISS, I.P/UDS/Núcleo de Qualificação Famílias e Território – Equipa dos Sem-Abrigo – Porto.

Nota: Foram retirados os Nomes e Números dos processos devido à confidencialidade.



1. Introdução

O presente trabalho decorreu no âmbito da Unidade Curricular - Estágio e Projecto de Graduação do 1º ciclo de estudos do curso de Serviço Social, realizado através da sugestão do levantamento dos custos do processo de (re)socialização com as verbas utilizadas pela instituição ISS, I.P./U.D.S - Núcleo de Qualificação de Famílias e Território – Equipa dos Sem-abrigo – Porto, que actua perante o fenómeno dos Sem-Abrigo, local onde se efectivou uma parte da Unidade Curricular, o estágio.

O Núcleo de Qualificação de Famílias e Território – Equipa dos Sem-abrigo – Porto integra-se no subsistema da Acção Social, no âmbito do sistema mais vasto do Instituto da Segurança Social, e visa o atendimento/accompanhamento social de indivíduos em rota de colisão com os paradigmas socialmente aceites, que para além de terem perdido todos os laços de sociabilidade, encontram-se sem residência e sem qualquer fonte de rendimento. Desta forma, o trabalho tem como objectivo geral compreender os custos do processo de (re)socialização, para compreendermos um pouco do funcionamento do sistema não contributivo e as políticas de inserção social. E apreender que há, de facto, necessidade de um sistema de segurança social coerente, que combata eficazmente a pobreza e a exclusão, visando garantir os direitos de cidadania fundamentais a indivíduos que vivem em situações de grave insuficiência de recursos e elevada vulnerabilidade.

Na primeira fase do trabalho são analisadas questões de investigação que têm sido tratadas, por diversos autores no que respeita ao conceito do fenómeno de Sem-Abrigo, o fenómeno da exclusão social e a complexidade da problemática dos Sem-Abrigo, a natureza do fenómeno mais concretamente na cidade do Porto, o percurso descendente que origina a situação de Sem-Abrigo e a existência de todo um processo de (re)socialização com a intervenção institucional e as políticas sociais.

Seguidamente, para a concretização do referido trabalho subdividimos a análise por diversos momentos, o grupo etário, o sexo, o plano orçamental da acção social, a distribuição das verbas por rubricas (Precariedade, SIDA e Toxicoddependência) e por tipos de subsídios e o uso e aplicação de medidas de protecção social (Rendimento Social de Inserção, Pensões (Velhice e Invalidez), Bolsa de Formação e Subsídio de Desemprego) no

combate à exclusão social. Há, a conveniência de entendermos que os subsídios são de suporte ao investimento técnico, para a reinserção do indivíduo(a).

A sequência do trabalho realizado como suporte à concretização da Unidade Curricular, divide-se em várias fases: estudo exploratório (bibliográfico e institucional), organização dos dados tendo como base a orçamentação para o período de Abril a Dezembro de 2008, a organização da distribuição das verbas pelas rubricas (Precariedade, SIDA e Toxicodependência) e a aplicação dos vários tipos de subsídios a cada uma das rubricas.

Na realidade, todos estes passos, por um lado, mostram-nos a complexidade do fenómeno dos Sem-Abrigo, traduzindo todo o seu estado de privação de alguns dos direitos que a democracia participativa prevê estar ao alcance de todo(a)s o(a)s cidadãos e cidadãs remetendo-os assim para uma situação de pobreza e exclusão social difícil de inverter no sentido da inclusão social, mas actualmente, com a vontade política de combater o fenómeno ao ser anunciada a Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015.

Por outro lado, reiterando a complexidade e a diversidade do fenómeno dos Sem-Abrigo, o Assistente Social tem de considerar que há alguns critérios apreendidos, que possibilitam ou facilitam o técnico no estabelecimento de prioridades de intervenção. Dai que, a intervenção assenta no estudo e acompanhamento das necessidades e capacidades do indivíduo em ultrapassar a fragilidade da situação e na mobilização das respostas sociais que contribuam para a integração do indivíduo, estabelecendo as condições mínimas exigíveis para o seu bem-estar físico, mental e social.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1. Conceptualização do fenómeno dos sem-abrigo

1.1 Conceito

Tentar definir Sem-Abrigo não é uma tarefa clara. De facto não existe uma definição consensual sobre o que se entende como um indivíduo em situação de Sem-Abrigo, contudo, interessa neste desenvolvimento, dar uma definição integral e actual.

Segundo Bento e Barreto (2002, p.25) “o termo «sem-abrigo», utilizado na actualidade, parece acentuar a questão da habitação, num sentido restrito, e a da pobreza e da exclusão social num sentido mais alargado”.

Por sua vez, a FEANTSA¹ define Sem-Abrigo como uma “pessoa incapaz de aceder e manter um alojamento pessoal adequado pelos seus próprios meios, ou incapaz de manter alojamento com a ajuda dos serviços sociais”. (*cit. in* Bento e Barreto 2002, p. 26).

Segundo, ainda, e num contexto mais actualizado podemos definir Sem-Abrigo e de acordo com a ENSA² 2009-2015 (p, 16) como:

...a pessoa que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição sócio-económica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- . sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou paradeiro em local precário; ou
- . sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

Logo, entendemos o conceito de Sem-Abrigo como um conjunto de situações que têm em comum a falta de recursos, nomeadamente, más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, más condições de saúde, etc. e a falta de laços que os agrega à sociedade, nomeadamente, a exclusão social.

¹ FEANTSA – Federação Europeia de Organizações que trabalham com pessoas sem-abrigo.

² Estratégia Nacional Para a Integração de pessoas Sem-Abrigo – Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015.

Em suma, é necessário fazer com que todas as pessoas envolvidas na luta contra este fenómeno, percebam apenas, que uma definição abrangente permite um correcto entendimento das suas dinâmicas e que sejam desenvolvidas políticas eficazes. (Rediteia 36 2005, p. 24).

1.2 Quem são os Sem-Abrigo?

A informação seguinte mostra-nos que os Sem-Abrigo de hoje não são os mesmos de há décadas. De acordo com o PNAI (2006-2008 p, 34) os Sem-Abrigo:

Já não são somente os marginalizados clássicos, sendo visível a emergência de uma nova geração de pessoas com peso crescente de doentes mentais, toxicodependentes, alcoólicos, ex-reclusos e de outras pessoas que se encontram em situação de ruptura com as normas e instituições vigentes – quebra de laços sócio-familiares, instabilidade profissional, inacessibilidade à habitação, dificuldades de acesso ao emprego, baixos rendimentos, ausência de regras e rotinas, auto-marginalização, diluição de hábitos de trabalho, regressão nas capacidades cognitivas – e sem qualquer tipo de suporte social, psicológico e económico. Mencione-se, ainda, o aparecimento de “novos sem-abrigo”, caracterizados por possuírem níveis de qualificação mais elevados (ensino secundário e curso médio/superior), que por motivos de rupturas profissionais são excluídos de participarem socialmente.

Note-se, que os marginalizados clássicos são caracterizados de mendigos e vagabundos. Perante a actualidade, resultante de crises económicas, da crise de valores, do desemprego e do consumo de drogas veio-se juntar uma nova geração de Sem-Abrigo.

O Instituto da Segurança Social através do estudo efectuado em 2004/2005 caracteriza os Sem-Abrigo em dois tipos. Primeiro, os Sem-Abrigo crónicos, com muitos anos de rua e onde a doença física, mental e degradação física predominam. Em segundo lugar, os novos Sem-Abrigo que se encontram há pouco tempo na rua, onde predominam muitas perdas, familiares, profissionais e individuais que necessitam de um mecanismo de mediação que lhes permita reconstruírem o seu projecto de vida. (ISS, I.P. 2005, p. 15)

Naturalmente, os Sem-Abrigo resultam das sucessivas rupturas e perdas sócio-familiares que tornam as pessoas isoladas, fechadas e excluídas do meio social.

1.3 Exclusão Social e os sem-abrigo

A exclusão social abarca várias formas de privação que não passam, exclusivamente, pela carência de recursos materiais. Este fenómeno é compreendido por uma diversidade de necessidades nos âmbitos, social, económico, sociocultural, psicológico, etc. Não podemos deixar de referir que, segundo Xiberras (1993, p. 28) “para definir exclusão de forma autónoma, é necessário precisar o espaço de referência que provoca a rejeição e as múltiplas maneiras pelas quais esta exclusão se produz”.

O problemático fenómeno da exclusão social é um tema central que está “em cima da mesa”, como hoje vulgarmente se diz. Assim, de acordo com Costa (2007, p. 21,22,23,24) a exclusão social é um fenómeno complexo e heterogéneo, entendido assim, por vários tipos:

- De Tipo Económico onde trata-se fundamentalmente de pobreza, falta de recursos e é normalmente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional e emprego precário.
- De Tipo Social onde a causa principal situa-se no domínio dos laços sociais, caracterizada pelo isolamento por vezes associado à falta de auto-suficiência e autonomia pessoal.
- De Tipo Cultural e aqui ligamos a exclusão social a factores como o racismo, xenofobia ou certas formas de nacionalismo originando a exclusão social de minorias étnico-culturais.
- De Tipo Patológico onde a causa reside em factores de natureza psicológica ou mental. Por vezes as rupturas familiares são originadas por problemas psicológicos ou mentais.
- De Tipo Comportamental auto-destrutivo, trata-se de comportamentos relacionados com a toxicodependência, alcoolismo, prostituição e etc.

Da conjugação destes tipos, resulta que as situações de exclusão social ocorrem quando uma pessoa ou um colectivo humano são impossibilitados de participar e beneficiar de todos os direitos de uma sociedade, conforme Baptista, Perista e Carrilho (2008, p.64) “...isto quer dizer que o referencial que procuramos é a sociedade”. Evidentemente, pretendemos indicar que existem pessoas impedidas por uma conjugação de factores de participarem socialmente e que convergem na formação de grupos vulneráveis, como os Sem-Abrigo. Vê-se então que, a exclusão social apresenta-se como uma metáfora topográfica que remete para uma noção de um espaço, nomeadamente, com espaço para relações e participação social, opondo duas partes, os que estão dentro ou fora desse espaço (Bento e Barreto 2002, p.28). Portanto, a exclusão social é vista como um conceito relativo,

que implica a existência de vários graus de exclusão conforme os domínios dos mais atingidos.

Particularizando o fenómeno dos Sem-Abrigo, verificamos que através caracterização dos tipos de exclusão social acima descritos, os Sem-Abrigo ou mais concretamente um Sem-Abrigo, engloba a totalidade, representando a forma mais extrema e complexa de exclusão.

Reforçamos assim a ideia, de que existem formas de exclusão que não englobam todos os tipos aqui descritos, vejamos, os idosos podem não carecer da exclusão do tipo económico, mas, já sofrem de exclusão do tipo de social, o isolamento.

Em Bento e Barreto (2002, p. 27):

«exclusão social» remete para o estado final de um processo que pode começar na pobreza e que se caracteriza pela ruptura com os três primeiros sistemas de suporte social:

- os mercados de trabalho, de habitação;
- o Estado-Segurança Social, pensões não contributivas;
- a família enquanto sistema de apoio social e económico.

Contudo, Silva (200, p.150) refere-nos que a “pobreza tem duas partes que interessa sublinhar: privação e falta de recursos, termos entre os quais existe uma relação de causa e efeito”. Ou seja, pobreza compromete então a privação de recursos económicos.

Efectivamente, como é fácil entendermos, a pobreza e exclusão social estão interligados e um pode ser a causa do outro ou não. Uma vez que, a pobreza pode ser uma causa de exclusão social mas, não é necessário que assim seja. Os indivíduos que não têm acesso à riqueza não são forçosamente atirados para fora da sociedade. Mas e de acordo com Sousa (2005, p. 18) “ a fonte da pobreza está na estrutura social, a qual não permite a todos os membros participar inteiramente nas condições de vida disponíveis no meio”. No entanto, a realidade social mostra-nos que extensos períodos de pobreza acabam por levar indiscutivelmente à exclusão desses indivíduos da sociedade.

Perante isto será importante saber como podemos medir a pobreza. Desta forma e segundo os autores acima já citados, é necessário começar por distinguir dois tipos de pobreza. O primeiro tipo de pobreza distingue-se pela pobreza de subsistência, entendida como aquela que apenas cobre as necessidades alimentares. O segundo tipo de pobreza distingue-se pela pobreza monetária que conduz à situação em que as necessidades básicas não podem ser satisfeitas. (Baptista, Perista e Carrilho 2008, p.29,30)

Quando nos referimos à pobreza monetária temos que considerar um limiar de pobreza, expresso em termos monetários, abaixo do qual se considera que um indivíduo se encontra numa situação de pobreza, sendo que em Portugal 18 por cento da população vive abaixo do limiar da pobreza, ou seja, com salários mensais entre os 360 e os 366 euros (IOL, 2008, p. 1). É portanto uma situação em que os recursos são tão escassos que não há condições mínimas de sobrevivência.

Em suma, a ligação destes dois factores mostra-nos uma variedade de processos e dinâmicas sociais que impossibilitam os indivíduos de obter recursos fundamentais para uma integração na sociedade.

2. Natureza do fenómeno dos sem-abrigo (Porto).

A população Sem-Abrigo faz em grande parte cenário das grandes cidades de um país.

Em Portugal desconhece-se o número total de sem-abrigo. Sabe-se, contudo, que são sobretudo homens em idade activa (30 aos 40 anos), solteiros e divorciados, de nacionalidade portuguesa, com escolaridade básica, distribuídos essencialmente pelas grandes áreas metropolitanas (Lisboa e Porto). (PNAI 2006-2008, p.27,28)

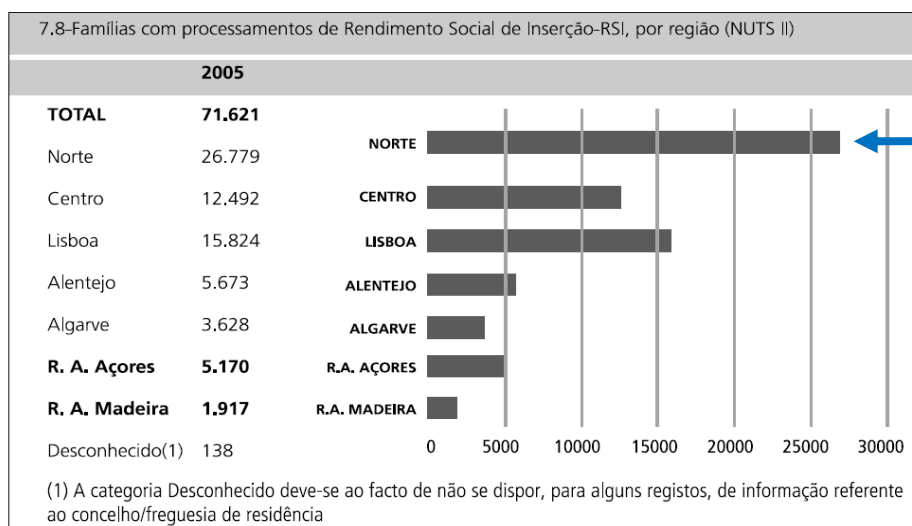
É fundamental perceber, que já em 1994, perante um estudo de Costa et al (1999, p.134) os grupos mais vulneráveis à pobreza na cidade do Porto, eram os seguintes:

- os idosos, entre os quais se destaca a situação dos reformados pelo valor extremamente baixo das reformas que recebem e pela sua não integração familiar ou outra que os ajude a ultrapassar as carências económicas e a condição de isolamento em que vivem;

- as famílias monoparentais, representadas por uma mulher;
- os mendigos e **os sem-abrigo**;
- os toxicod dependentes e os alcoólicos.

Sublinha-se que, nos últimos anos, assistiu-se a um agravamento da pobreza no distrito do Porto, o “Livro Negro Sobre a Pobreza no Distrito Porto” mostra o norte a região mais pobre do País, atinge níveis preocupantes, 25 a 30% da população está em situação de pobreza ou de forte vulnerabilidade social. Verifica-se, que o norte surge altamente destacado, com quase 27 mil famílias a beneficiarem de Rendimento Social de Inserção, mas a este número soma-se ainda 45 mil, isto é, os casos que não deixaram de receber o Rendimento Mínimo Garantido³, já que se mantinham no processo de transição. (Bloco de Esquerda Porto 2008, p. 18)

Gráfico 1 - Famílias Beneficiárias do RSI por Região



Outro dado revelador, é o Banco Alimentar contra a Fome, situado em Perafita, Matosinhos, não tem mãos a medir e distribui nos 18 concelhos do Porto mais de 5,000 toneladas de alimentos por ano. Em 2006 receberam apoio 67.457 mil pessoas é, sem dúvida alarmante, aliado ainda, o facto de existir uma lista com mais de 100 instituições à espera de serem seleccionadas. (Bloco de Esquerda Porto 2008, p. 25).

³ Lei 13/2003 de 21 de Maio revoga o Rendimento Mínimo Garantido.

Em termos mais actuais, podemos verificar e segundo o Boletim de Janeiro de 2009 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2009, p. 18) que o maior número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção está presente no distrito do Porto.

Gráfico 2 - Beneficiários de RSI – Dez/2007 a Dez/2008.

beneficiários com processamento de rendimento social de inserção (RSI)													
	2007					2008							
	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
total	311 748	313 450	316 311	318 786	323 773	330 172	335 627	339 508	341 809	346 620	348 660	353 059	352 288
Aveiro	9 658	9 674	9 998	10 133	10 234	10 390	10 800	11 031	11 042	11 291	11 033	11 267	11 223
Beja	6 821	6 824	6 841	6 890	7 063	7 295	7 259	7 215	7 250	7 279	7 384	7 349	7 194
Braga	19 504	19 519	19 820	20 009	20 056	20 138	20 440	20 713	20 693	21 053	20 978	20 918	20 350
Bragança	1 061	1 081	1 101	1 196	1 271	1 346	1 444	1 519	1 481	1 541	1 616	1 638	1 607
Castelo Branco	3 489	3 747	3 922	4 052	4 142	4 285	4 318	3 484	4 067	4 181	4 206	4 181	3 378
Coimbra	10 718	10 772	10 859	10 860	10 893	10 903	11 049	11 146	11 283	11 206	11 344	11 128	10 960
Évora	5 673	5 667	5 695	5 695	5 811	5 814	5 771	5 829	5 707	5 772	5 663	5 622	5 496
Faro	9 604	9 653	9 864	9 933	10 256	10 626	11 001	11 291	11 427	11 223	11 251	11 679	11 529
Guarda	4 145	4 226	4 226	4 239	4 264	4 444	4 498	4 523	4 531	4 620	4 451	4 497	4 617
Leiria	6 523	6 447	6 384	6 448	6 554	6 690	6 740	6 628	6 667	6 560	6 506	6 489	6 487
Lisboa	40 705	41 668	41 890	42 786	44 795	46 738	48 891	50 582	50 768	51 946	52 648	53 851	54 713
Portalegre	5 777	5 882	5 890	5 878	5 949	6 199	6 400	6 328	6 381	6 367	6 256	6 361	6 337
Porto	103 452	103 644	104 822	105 002	106 281	108 829	109 555	111 554	112 670	114 839	117 025	119 911	120 509
Santarém	9 369	9 429	9 353	9 371	9 394	9 431	9 276	9 209	9 175	9 136	9 090	9 167	9 104
Setúbal	19 229	19 128	19 353	19 761	19 806	19 846	20 669	21 053	21 312	21 929	22 046	22 078	22 238
Viana do Castelo	5 166	5 103	5 179	5 115	5 258	5 283	5 287	5 304	5 276	5 348	5 355	5 184	5 147
Vila Real	7 897	8 066	8 128	8 293	8 429	8 529	8 584	8 581	8 654	8 636	8 478	8 488	8 413
Viseu	17 036	17 033	17 168	17 161	17 244	17 275	17 436	17 321	17 215	17 383	17 189	17 059	16 957
Açores	18 149	18 134	18 097	18 210	18 324	18 407	18 510	18 589	18 593	18 748	18 683	18 782	18 666
Madeira	7 772	7 753	7 721	7 754	7 749	7 704	7 699	7 608	7 617	7 562	7 458	7 410	7 363

nota: dados sujeitos a actualizações.

fonte: II/MTSS, Estatísticas da Segurança Social

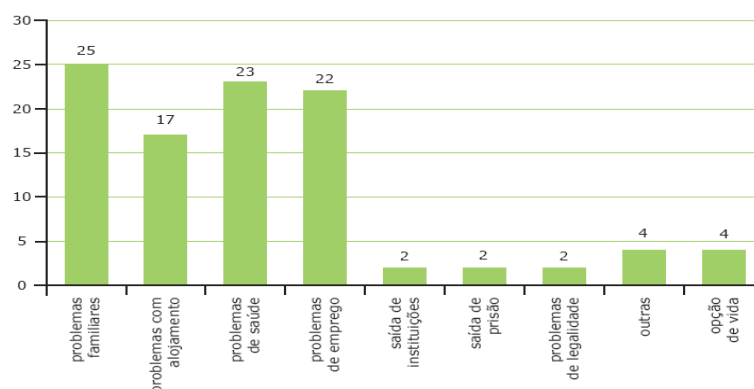
Mais informação em: <http://www.seg-social.pt/>

Perante todo este panorama desolador do Distrito do Porto, os aspectos aqui focados, constituíram-se como elementos estruturantes das representações da realidade do fenómeno da pobreza no distrito do Porto. No que diz respeito ao fenómeno dos Sem-Abrigo encontramos uma expressão mais objectiva nalguns elementos de natureza estatística que, em seguida se apresentam.

De acordo com o estudo de Silva (2007, p. 21) e partindo do conceito de Sem-Abrigo acima referido pela ENSA 2009-2015 “a quantidade de pessoas a viver sem domicílio... em Portugal, varia entre 1497 e 4539”.

A somar-se a esta situação, o estudo de Instituto de Segurança Social intitulado "Os Sem-Tecto: Realidades invisíveis", revela em primeiro lugar que 25 por cento das pessoas que viviam na rua tinham problemas familiares conjugais (conflitos vários, divórcios e falecimentos de pessoas próximas), em segundo lugar 23 por cento dos casos evidenciavam problemas de saúde, nomeadamente toxicoddependência, alcoolismo, doença física ou mental, em terceiro lugar 22 por cento por falta de emprego e ficando para último o problema de alojamento com 17 por cento (ISS, I.P. 2005, p. 93).

Gráfico 3 – Problemas que conduziram à situação de sem-abrigo



Fonte: ISS, I.P./2005

Concretamente e segundo Bento e Barreto (2002, p.30) “os sem-abrigo são mais facilmente quantificáveis quando entram em contacto com os serviços...”.

Note-se, que os problemas familiares podem ocorrer por diversos factores, segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 90) são:

...por causa de violência e maus tratos ou conflitos com pais ou parentes próximos...dificuldades económicas.... Saem geralmente com uma visão bastante idealizada do que irão encontrar, vão em busca de aventuras, ganhar dinheiro, conhecer o mundo.

Deste modo, de acordo Costa (2007, p. 82) toda a má situação habitacional em que o casal ou família se debate geram tensões:

o designado *stress habitacional*, que agudizam os problemas relacionais correntes, que a maioria das famílias e casais resolvem sem grandes dificuldades, transformando-os em problemas graves que podem levar a rupturas.

Consequentemente, as constantes mudanças económicas que as sociedades modernas estão sujeitas, as exigências do mercado de trabalho, colocam de fora todos aqueles que por não possuírem níveis habilitacionais ou profissionais adequados às novas exigências, a correrem mais riscos de serem marginalizados. Ainda e reiteradamente, segundo Costa (2007, p.84) “a pessoa que caiu no desemprego de longa duração, não pôde, pagar a renda de casa e, por isso, passou a residir na rua”. Efectivamente, toda esta situação agrava-se numa sociedade em que o trabalho é a principal fonte de integração social.

A saúde é outra das principais causas apontadas como sendo geradoras dos Sem-Abrigo (Barreto e Bento 2002, p.54). Por um lado, a doença do foro mental e a Sida, ou seja, a estigmatização e a incompatibilidade familiar, por razão da própria doença, não preenchem as condições técnicas e legais para serem internados e, por não terem onde morar caem na situação de Sem-Abrigo (Costa 2007, p. 84). É conveniente entendermos que no caso da Sida, temos um verdadeiro concentrado de factores de exclusão, nomeadamente, o estigma da morte que provoca reacções de rejeição ou de fuga acelerando o processo de marginalização (Chaves sd, p. 3).

Por outro lado, o alcoolismo e a toxicodependência podem ser causa da situação, como podem ser consequência. A consequência, pode ter sido induzida pela condição de Sem-Abrigo ou, anteriormente, por uma situação de pobreza, miséria, desajuste familiar e mais concretamente na toxicodependência, a necessidade de experimentar devido a estados de ansiedade, insegurança, falta de projecto pessoal ou mesmo do sentido de vida, que terão de ser identificados, compreendidos e resolvidos (Costa 2007, p. 84, 85). Em boa verdade, Goffman (*cit in* Sommer 2004, p. 39) descreve a toxicodependência como uma ambivalência em consequência de um estigma:

quando se confirma que um indivíduo estigmatizado adquire standards de identidade na nossa sociedade que ele interioriza, mesmo que os mesmos não correspondam a ele mesmo, é inevitável que irá sentir uma ambivalência em relação ao seu EU.

Portanto, a realidade dos Sem-Abrigo, é tão complexa como a orientação que leva a sua trajectória de vida descendente para o fenómeno da exclusão social. O indivíduo rompe com os laços sociais, com os núcleos socializantes, sente-se perdido, desmotivado, sem amor-próprio nem auto-estima para se conseguir erguer ou sair da situação em que se encontra, ou seja, toda esta situação transforma-se num conjunto de perdas e arrastam o indivíduo para o isolamento cada vez maior e abrindo-lhes a porta para a rua.

Dito de outro modo, as imposições sociais como as regras básicas da vida em sociedade, tornam-se desinteressantes e até sem sentido. Pequenas questões como cumprir horários, regras de higiene, partilha do espaço com outras pessoas, viver numa casa, tornam-se, muitas vezes, um problema, nomeadamente, para aqueles que contêm problemas de adição, problemas mentais ou ainda para aqueles que criaram um esquema de sobrevivência.

Para eles, a determinada altura, passa a ser satisfatório comer uma qualquer refeição, tomar um banho semanal e ter alguma roupa, tornando-se indiferente o lugar onde dormem, desde que tenham a sua independência. Na verdade e segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 99) “o indivíduo vai socializando-se no mundo da rua”.

3. Alteração dos modos de vida – Processo de (re)socialização

3.1 Processo de (re)socialização

Antes de iniciar o tema (re)socialização é necessário compreendermos o que significa o termo socialização. Desta forma, através da pesquisa bibliográfica a alguns dicionários, encontramos algumas definições consideradas como importantes. De acordo com Silva (1987, p. 1138) o termo socialização “é o processo pelo qual um indivíduo aprende a adaptar-se ao grupo pela aquisição de comportamento social aprovado pelo grupo”. Além disso, Dortier (2006, p. 649) expõe o termo socialização como “o processo pelo qual os indivíduos integram as normas, os códigos de conduta, os valores, etc. da sociedade que pertencem”.

Ao passo que em Maia (2002, p. 350) e de aspecto mais ampliado, socialização entende-se como um:

processo através do qual um indivíduo aprende e interioriza o sistema de valores, de normas e de comportamentos e uma determinada cultura, onde intervém um conjunto de agentes de socialização (família, escola, meios de comunicação, etc.). Ainda que seja um processo de aprendizagem contínuo, este revela-se mais intenso e problemático onde as pessoas estão mais susceptíveis à influência (infância, adolescência, entrada para uma organização, etc.).

Vemos então que, é mediante o processo de socialização que os indivíduos aprendem e adoptam os significados sociais. Deste modo, enquanto se está na infância, uma criança torna-se capaz de identificar-se a si própria ao identificar-se com outros indivíduos, nomeadamente, com os seus pais. Neste sentido, entendemos que a socialização efectua-se através de um certo número de mecanismos, dos quais podemos destacar a aprendizagem, a imitação e a identificação.

Procuramos de seguida salientar um autor de referência no tema socialização e Dubar (1997, p. 13) refere-nos:

a identidade de alguém é, no entanto, aquilo que ele mais tem de precioso: a perda de identidade é sinónimo de alienação, de sofrimento, angústia e de morte. Ora, a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no acto do nascimento: constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida.

Deste modo, entendemos que a socialização tem uma reconstrução da identidade ao longo da vida, tem dois traços em simultâneo, um individual e outro social. O individual relacionado com o carácter biográfico e o social com o carácter relacional (o eu em relação com o outro). Ora, a socialização é como uma individualização do recém-nascido e como um exercício de construção do mundo social, numa relação entre identidades sociais e mundos sociais.

Na ideia de Dubar possuímos uma identidade para o Eu e uma identidade para o outro, como inseparáveis e complexamente inter-relacionadas. A identidade para o Eu é entendida para que o indivíduo se veja a si próprio – saber quem é. A identidade para o outro já é entendida para a percepção dos outros, daqueles que de alguma forma interagem com a pessoa. Por um lado a visão que um indivíduo tem do Eu, está dependente do outro, do seu reconhecimento. Por outro lado, a experiência do outro não é vivenciada somente por si (Dubar, 1997).

Além disso, Dubar (1997, p. 105) refere que a identidade:

não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições.

Assim, na construção do processo de socialização um indivíduo vai adquirindo e interiorizando crenças, comportamentos e modos de vida perante a sociedade a que pertence. Mas, ninguém aprende a sua cultura, mas está apesar disso, condicionado à transmissão de uma cultura que se realiza através dos grupos sociais a que pertence. Uma pessoa assume várias posições e cada uma está ligada a um grupo. O indivíduo adiciona na

consciência a sua definição, isto é, a identidade de cada um está relacionada com o domínio económico, familiar, religioso, político ou intelectual. Há portanto, identidades inferiores e superiores. As superiores enaltecem a estima de si próprio e os inferiores diminuem-na ou oprimem-na.

Em contrapartida, quando existe um desacordo com a identidade, o indivíduo desenvolve estratégias identitárias, visam acomodar a identidade para si à identidade para o outro e assimilar a identidade para o outro à identidade para si. Nesta dinâmica, há uma negociação para cada uma das identidades: cooperação ou conflito, quando há ou não reconhecimento da identidade social para o outro; continuidade ou ruptura, quando o indivíduo reproduz uma identidade social para si (Silva 2007, p. 40).

Recorrendo a uma parte do tema do projecto, a natureza dos Sem-Abrigo, a problemática tem motivos variados, individuais e estruturais, onde entram evidentemente trajetórias de vida ambíguas, a conjuntura económica, a dinâmica do mercado de trabalho, entre outros factores causais. A heterogeneidade que caracteriza cada percurso constitui, em muitos casos, um dos principais obstáculos na integração do indivíduo na sociedade. Consideremos Silva (2007, p. 36) que refere-nos que, “quem tem de utilizar a rua como o local para viver tem de passar por um processo de aprendizagem”.

Daqui decorrem várias questões, como se processa a reconstrução da identidade das pessoas que vivem na rua? Construíram uma nova identidade social?

Neste sentido, as circunstâncias da dialéctica da identidade faz com que os indivíduos exteriorizem o seu ser na realidade do quotidiano, ou mesmo que a interiorizam através de diversos sinais objectivados. Como uma digitalização, a identidade surge dos diversos vaivéns presentes no quotidiano.

Assim, podemos verificar que o sentido que os indivíduos atribuem às suas experiências torna possível destacar elementos positivos ou negativos, dinâmicos ou passivos da sua identidade. Trata-se da interpretação das atitudes colectivas e individuais, bem como das representações. Existe uma autonomia para interiorizar, recusar ou negociar a definição social da sua identidade. Segundo Paugam, os indivíduos participam em certa medida da construção da sua identidade social e pessoal (Paugam 2003, p. 60). Ainda,

verificamos que toda esta inspiração de Paugam baseia-se em Goffman (*cit in* Paugam 2003, p. 61) que examinou a relação entre a identidade social e a identidade pessoal:

A identidade pessoal e a identidade social de uma pessoa, antes de mais nada, dependem do cuidado que os outros têm de a definir. Quanto à identidade pessoal, é frequente que um tal cuidado se manifeste já antes do nascimento e perdure após a sua morte; então, para essa pessoa, não se trata de sentimentos, de identidade ou outros. Em contrapartida, a identidade em si é, antes de tudo, uma realidade subjectiva, reflexiva, necessariamente experimentada pelo indivíduo em questão (...) Certamente, o indivíduo se vale, para construir uma imagem de si mesmo, de materiais iguais aos utilizados pelos outros para construir-lhe uma identificação social e pessoal. E ele não exerce nisso grau menor de liberdade quanto ao estilo de construção.

Em suma, toda a construção da identidade de uma pessoa em situação de precariedade económica e social pode criar um sentido de ambivalência, isto é, dissimular a situação ou atenuá-la. Deste modo, a heterogeneidade da problemática dos Sem-Abrigo leva-nos a considerar que um processo de (re)socialização não se trata forçosamente de um corte com as normas ou valores interiorizados, mas sim de uma aquisição de novas condutas, eventualmente diferentes das anteriormente adquiridas, assim, qualquer processo de socialização pode ser encarado como um processo de (re)socialização, desde que o indivíduo seja alvo de uma mudança significativa no seu comportamento.

3.2 Intervenção Institucional

Os Sem-Abrigo são o culminar de um processo de ruptura com a sociedade que começou muito antes, na família e na rede de afectos e que encontram na rua o seu meio natural de finitude (Thelen, 2006). Mais do que a sua variedade de problemas, os Sem-Abrigo estabelecem estratégias de sobrevivência que lhes permitem viver no seu exílio e de todos os outros.

Para um verdadeiro combate à situação de exclusão social e num contexto de socialização dos Sem-Abrigo, há a necessidade de respostas diversificadas e multifacetadas, tendo em conta a heterogeneidade do problema.

De facto e de acordo com Barreto e Bento (2002, p.109) “os sem-abrigo necessitam de uma série de recursos e equipamentos sociais, diversificados e adaptados às suas necessidades (de alojamento, benefícios sociais, cuidados de saúde, educação/formação

profissional, etc.)”. Mas, não podendo deixar aqui de referir que, também dificilmente qualquer instituição tem cobertura para todas estas necessidades. Vejamos, voltando a uma análise e mais concretamente na área do Porto encontramos as seguintes instituições⁴ a trabalharem com o fenómeno:

Tabela 1 – Instituições e recursos do Porto

Nº	Instituições	Tipo de Recursos													Freguesia		
		Acompanhamento Social	Acompanhamento Saúde	Equipa Rua	Almoço	Jantar	Lavandaria	Balneários	Alojamento	Formação	Ateliers ocupacionais	Distribuição alimentos	Distribuição vestuário	Apoio jurídico		Apoio Emigrante	
1	Médicos do Mundo	X	X	X													S. M. Infesta
2	SAOM	X		X	X					X					X		Miragaia
3	AANP – Albergue	X*			X*	X*		X*	X		X*						Cedofeita
4	Espaço T			X						X	X						Massarelos
5	AMI - Abrigo Noct. do Porto	X*			X*	X*	X*	X*	X**								Bonfim
6	AMI - Centro Porta Amiga	X			X	X	X	X				X	X				Bonfim
7	S.C.M.P.- Casa da Rua	X*			X	X	X	X	X**				X				Bonfim
8	Norte Vida	X	X	X	X	X	X	X	X**								Aldoar
9	Espaço Pessoa	X	X	X			X	X			X						Stº Ildefonso
10	AFUA - H.M. Lemos								X								Aldoar
11	AASA	X										X	X	X			Paranhos
12	ARRIMO	X	X														Campanhã
13	ACISJF	X			X												Massarelos
14	Centro Social e Paroquial S. Nicolau	X			X												Miragaia
15	CAIS	X								X	X						Cedofeita
16	Autoridade de Saúde do Porto		X														Bonfim
17	Abraço (V.N.Gaia)	X	X						X								Porto
18	IEFP (Porto Oriental)									X							Porto
19	IEFP (Porto Ocidental)									X							Porto
20	CNAI	X													X		Cedofeita
21	Legião da Boa Vontade											X	X				Porto
22	Samaritanos	X		X	X	X	X	X	X**	X	X	X	X				Gaia
23	IRS - Del. Reg. do Norte		X														Porto
24	Centro Social e Paroquial Vitória	X			X												Porto
25	NQFT- Equipa Sem- Abrigo- Seg. Social	X															Porto

Nota: * - Serviços só para os clientes em alojamento.

** - Alojamento Homens.

⁴ Tabela fornecida pelo ISS, I.P - NQFT – Equipa dos Sem-Abrigo – Porto.

Note-se, que para além das instituições acima mencionadas ainda existem outras organizações de apoio, nomeadamente, hospitais, centros de saúde, juntas de freguesia e Cri's (Centros de Respostas Integradas).

Segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 96) “diferentemente dos que passam pela rua... os que já moram desenvolvem formas... de garantir a sua sobrevivência... Têm sobre a cidade um outro olhar, atribuindo novas funções aos espaços públicos, às instituições”. Possivelmente, estar na rua é uma situação provisória, mas, no entanto, quando as barreiras de integração se prolongam há hábitos e códigos que são criados. A rua passa a ser entendida como um espaço para morar e sobreviver oferecendo diferentes possibilidades de sobrevivência.

Quando a atenção se prende no fenómeno Sem-Abrigo a falta de tecto é o aspecto dominante. Mas é apenas um dos problemas a resolver, porventura a maioria dos Sem-Abrigo precisa de uma disposição de outros serviços, nomeadamente, médicos, psicológicos, sociais, educativos, de formação profissional, etc. que lhes permitam resolver a verdadeira causa da situação (pobreza, desemprego, ruptura familiar, isolamento, toxicodpendência, alcoolismo, doença mental, etc.) (Costa et al 2004, p. 18).

Ainda e de acordo com Costa et al (2004, p. 18) a situação de Sem-Abrigo tem:

sobretudo uma longa série de tragédias individuais, nascidas tantas vezes da rotura nas relações familiares e interpessoais. O alcoolismo, a toxicodpendência, as doenças psíquicas, o crime a vários níveis, surgem geralmente como uma consequência da falta de afectos.

Deste modo, compreendemos a variedade de recursos existentes nos vários tipos de instituições que trabalham o fenómeno. Mas, a institucionalização é sempre vivida como estigmatização e, ou seja, implica a necessidade de desenvolver estratégias de neutralização que visam preservar a identidade. Bento e Barreto (2002, p. 109) dizem que “é necessário aproximar os sem-abrigo dos serviços, oferecendo-se o técnico como ponte e figura mediadora”. Evitando-se assim que a dispersão dos serviços, a sua especialização, burocratização e sectorização geográfica, sejam barreiras para o facto de muitos Sem-Abrigo recorrerem aos serviços.

Como já aqui referido os Sem-Abrigo não precisam apenas de alojamento. Necessitam, da criação de condições para que ninguém tenha de permanecer na rua e assegurar a existência de condições que garantam a promoção da autonomia através da mobilização de todos os recursos disponíveis de acordo com o diagnóstico e as necessidades individuais.

Podemos concluir que os Sem-Abrigo necessitam de um técnico que passe a ser o Gestor de Caso⁵ (ENSA 2009-2015, p. 23), isto é, que seja a figura central no conjunto da intervenção desenvolvida junto do indivíduo e terá como funções:

- ✓ Mediar e facilitar o acesso aos serviços de que necessita;
- ✓ Planear, coordenar e supervisionar todos os serviços prestados ao indivíduo;
- ✓ Articular intra e interinstitucionalmente os recursos sociais;
- ✓ Elaborar o diagnóstico em conjunto com o indivíduo e as instituições, identificando as necessidades, problemas, competências existentes e áreas prioritárias de intervenção;
- ✓ Elaborar um plano de intervenção/inserção, em que os objectivos devem ser traduzidos num conjunto de acções a realizar, obedecendo a uma determinada calendarização e contratualização;
- ✓ Acompanhar e avaliar, de forma sistemática, o desenvolvimento e adequação do plano de intervenção/inserção.

Finalmente, os Sem-Abrigo necessitam de condições para que ninguém tenha de permanecer na rua por falta de alternativas e, sobretudo, assegurar a existência de condições que garantam a promoção da autonomia, através da mobilização de todos os recursos disponíveis de acordo com o diagnóstico e as necessidades individuais, com vista ao exercício pleno da cidadania e consciencializando um tipo de resposta que potencie os recursos existentes, públicos e privados, evitando a duplicação e sobreposição dos esforços e possíveis efeitos perversos, nomeadamente de manutenção e persistência do fenómeno (ENSA 2009-2015).

⁵ ENSA 2009-2015 – “Os gestores de caso são técnicos das diferentes instituições parceiras da rede, que acompanharão e serão responsáveis pela gestão de processos, de acordo com as atribuições específicas.”

3.3 Política Social

Os governos e outros organismos políticos durante muito tempo recusaram-se a aceitar a existência da pobreza e exclusão social. Naturalmente, o sistema político não suportava a ideia que a sociedade não estava organizada, incluía conjuntos significativos de indivíduos em condições desfavorecidas e que constituíam um problema social (Almeida 1995, p. 166).

Mas, como já referido as constantes mudanças económicas que as sociedades modernas vão ultrapassando atiram para fora da sociedade alguns indivíduos, os chamados excluídos. Além do desemprego, a precariedade económica e social, a instabilidade conjugal, a vida social e familiar inadequada, o baixo nível de participação nas actividades sociais, etc. provoca uma espiral viciosa de produção de exclusão (Paugam 2003, p. 17).

Deste modo, entendemos que as crises económicas fazem com que haja um maior desenvolvimento nas políticas sociais, designadamente para compensar as perdas de rendimentos da população e suavizar as carências da população desfavorecida.

Assim, existe a necessidade de dar cobertura a todos estes problemas, assegurando um padrão mínimo de bem-estar relativamente a cada problema. Deste modo, Sousa et al (2007, p. 85) referem-nos que:

As Políticas sociais constituem instrumentos que o Estado desenvolve para proporcionar o bem-estar e protecção social aos cidadãos e incluem tanto acções de prevenção do risco social quanto de resolução de problemas sociais já declarados.

Ainda, podemos entender que as políticas sociais orientam-se para a população mais pobre e são levadas a cabo pelo sector da assistência social ou da acção social⁶ (Sousa et al

⁶ Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, aprova a nova Lei de Bases do Sistema de Segurança Social. Secção II - artigo 29º Objectivos:

1— O subsistema de acção social tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades.

2— O subsistema de acção social assegura ainda especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social.

3— A acção social deve ainda ser conjugada com outras políticas sociais públicas, bem como ser articulada com a actividade de instituições não públicas.

2007, p. 85). Para além disso de acordo com Cabral (2001, p. 62) o termo acção social pode, assim, enquadrar três tipos de actividades:

- 1 – Assistência económica – através de prestações pecuniárias ou subsídios.
- 2 – Apoio Social – através da utilização de equipamentos sociais, que suprem a impossibilidade ou incapacidade das famílias de apoiar alguns dos seus membros.
- 3 – Assistência familiar – mediante o apoio directo às famílias, o que implica a intervenção de agentes do serviço social na comunidade, numa perspectiva de aconselhamento ou orientação dos membros do agregado familiar.

É fundamental ainda percebermos que as políticas sócias vão aperfeiçoando-se, presentemente, reiterando Sousa et al (2007, p. 86,87) e de uma forma sintética:

a nova geração de políticas sociais privilegia a inserção social em vez da subsidização do risco, a participação activa dos beneficiários no desenho e aplicação das medidas em vez da submissão passiva às determinações dos técnicos sociais, a personalização da ajuda em vez da massificação, a co-responsabilização do prestador e do beneficiário na aplicação da medida, a descentralização do desenho das medidas de políticas e a sua gestão partilhada pelas instituições locais, o efeito de proximidade em vez da solicitude distante, a flexibilidade das acções em vez da tipificação das valências....

Não há dúvida de que, a inserção é mais do que um direito de subsistência pois reconhece ao indivíduo um papel positivo na sociedade, o de contribuir com a sua actividade para a utilidade social. Também, no âmbito da intervenção para a inserção, a co-responsabilização remete para um processo metodológico de contratualizar, com o objectivo de fazer comprometer direitos e deveres entre agentes (indivíduos, instituições, etc.), como forma de potenciar a co-responsabilização na tomada de decisão, nas estratégias adoptadas e na definição de um percurso de inserção ajustado às reais necessidades do indivíduo. Na realidade e de acordo com Sousa et al (2007, p. 93) “ o processo de inserção é, em regra, objecto de um acordo entre o beneficiário e o Estado”.

Vejamos, o acto de contratualizar engloba medidas pelo qual uma ou várias pessoas se obrigam a fazer ou não fazer alguma coisa. Acresce que, a Lei de Bases da Segurança Social refere no âmbito das condições para atribuição das prestações do sistema de subsistema da Acção Social, sempre que tal se mostre ajustado, a assunção, por parte dos beneficiários, de um compromisso contratualizado de inserção e do seu efectivo

cumprimento, melhor da cobertura dos riscos sociais, a concessão de prestações em espécie (art.º 43).

Particularizando o fenómeno do Sem-Abrigo e com as situações tão complexas, podemos verificar que o processo de contratualizar é talvez, por vezes, um acto de propor metas irrealistas, movido por intenções onnipotentes e pressões para apresentar resultados (Bento e Barreto 2002, p. 114).

A complexidade do processo de inserção ocorre muitas vezes da sobreposição e da interacção de situações de desfavorecimento e desvantagem social. Neste contexto, a imprevisibilidade das mudanças que ocorrem na sociedade, traduzida na crescente complexidade dos problemas, entendidos estes, como situações que os indivíduos não conseguem resolver por si, determinam a necessidade de implementar novas formas de abordagem e procedimentos que possibilitem uma intervenção adequada, susceptível de influenciar e alterar os modos de vida dos indivíduos.

De facto, a inclusão na sociedade não exige apenas condições objectivas de integração, mas também o reconhecimento subjectivo de estar incluído (Baptista, Perista e Carrilho 2008, p.68).

Contudo, em Portugal assistia-se, a uma nula legislação nesta área, sendo a problemática dos Sem-Abrigo é incluída nas várias políticas sociais transversais a outros problemas sociais como a toxicodependência e a pobreza, entre outros. Mas, e como aqui já referido o problema tem causas múltiplas, individuais e estruturais, onde entram em linha de conta trajectórias de vida problemáticas, a conjuntura económica, a dinâmica do mercado de trabalho, entre outros factores causais. Daí que decorre a necessidade de actuar separadamente.

Da conjunção destes factores resultou a apresentação através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015, no dia 14 de Março de 2009. Esta Estratégia resulta de um trabalho articulado, desenvolvido por um conjunto de entidades públicas e privadas e tem como objectivo a planificação de actividades concertadas entre as diferentes entidades que

trabalham directa ou indirectamente nesta área, com vista a identificar, acompanhar e integrar as Pessoas Sem-Abrigo. (MTSS 2009, p. 1)

A Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-Abrigo (2009-2015, p. 16) define sem-abrigo como:

...a pessoa que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição sócio-económica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- . sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou paradeiro em local precário; ou
- . sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

Para além disso, as três áreas de intervenção são: Prevenção, Intervenção, Acompanhamento, actuando assim, identificando quem são e onde estão os sem-abrigo em Portugal, a estratégia vai possibilitar a coordenação dos recursos existentes no terreno de forma a evitar a sobreposição de actuações.

A base de dados visa possibilitar o conhecimento constante do fenómeno a vários níveis, proporcionando a troca de informação a nível local, a planificação a nível regional e as decisões de política a nível central.

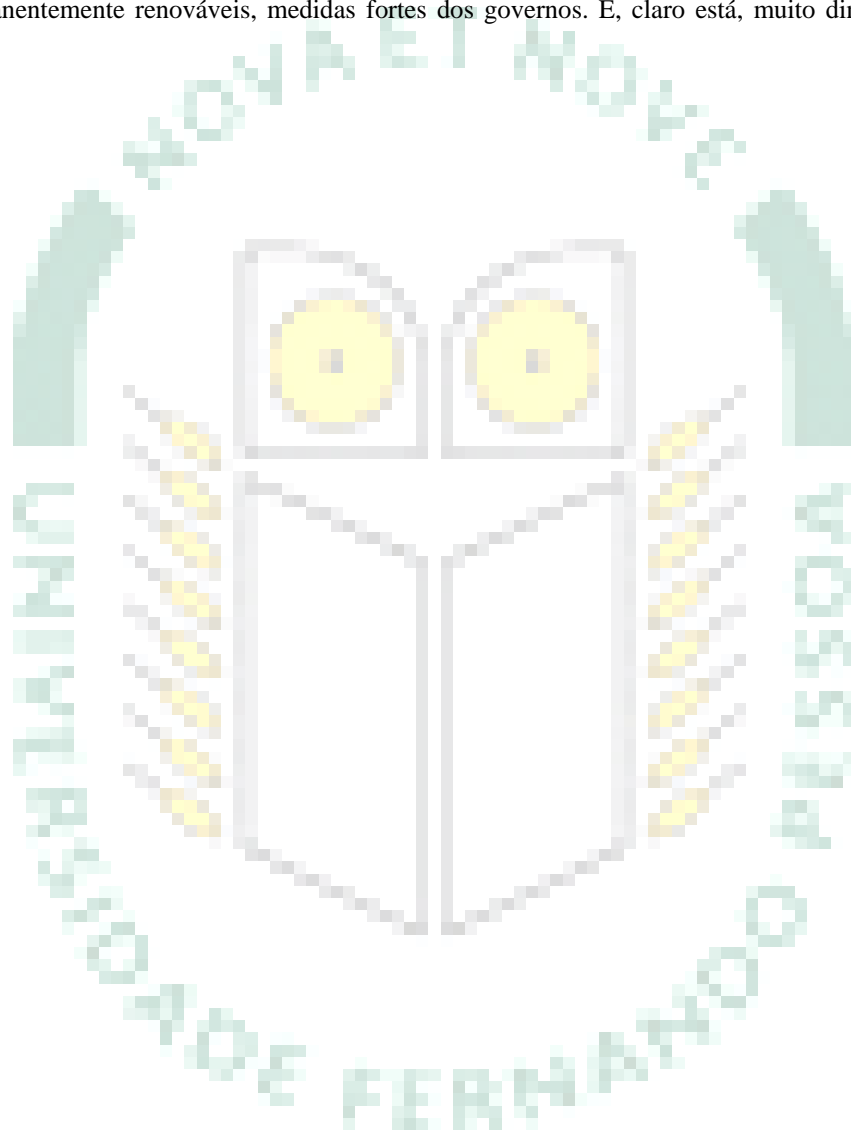
O Governo quer que 80 por cento das pessoas identificadas como "sem-abrigo" estejam inseridas em planos individuais de reinserção social até ao final de 2010 (RTP 2009, p.1).

Além da criação de condições para que ninguém tenha de permanecer na rua por falta de alternativas, a Estratégia Nacional irá impedir de certa forma o que já Bento e Barreto (2002, p.115) referiam o “ pingue-pongue institucional...” e “a responsabilidade é sempre do outro serviço, que não faz o trabalho como deve ser”.

Efectivamente, os Sem-Abrigo necessitam de uma política social que englobe uma estrutura de cuidados abrangentes e coordenados, que não se limitem a prestar apoio temporário às necessidades básicas, mas que procurem oferecer estabilidade, segurança e personalização.

Em jeito de conclusão e como forma de transição para a segunda parte do trabalho não podemos deixar aqui de referir a seguinte citação de Bento e Barreto (2002, p. 248):

...os sem-abrigo precisam de comida, roupa, alojamentos adequados às suas características e necessidades, educação, trabalho, cuidados de saúde, pessoas que gostem deles, apoio social, protecção judicial, sensibilização dos meios de informação e da sociedade, programas específicos e permanentemente renováveis, medidas fortes dos governos. E, claro está, muito dinheiro para tudo isto.



Capítulo II – Estudo Empírico

1. Metodologia

O presente trabalho de investigação tem um carácter exploratório, compreensivo e comparativo, na medida em que pretendemos estudar determinada realidade com o objectivo de a compreendermos melhor.

Para atingirmos o proposto, desenvolvemos a investigação através de uma análise documental, mais concretamente, ao ficheiro do Instituto da Segurança Social⁷ e gerido pelo Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo - Porto com a atribuição de subsídios de acção social considerados numa perspectiva assistencial, numa perspectiva de suporte a projectos de reinserção e no suporte ao acompanhamento a situações ligadas aos problemas com a saúde. Estes subsídios têm um orçamento dividido por rubricas:

- Precariedade: engloba casos de desemprego prolongado, trabalho precário, desestruturação familiar, situações de casos psiquiátricos graves, reclusão e a ausência/insuficiência de rendimentos.
- Sida: engloba casos de indivíduos portadores de HIV e indivíduos em fase de SIDA.
- Toxicodependência: engloba casos de adição, nomeadamente, drogas e álcool.

Logo, numa análise documental podemos traduzir a informação diversificadamente de acordo com as características do documento, como também obter uma informação em profundidade sobre um tema específico (Almeida 1995, p. 213).

⁷ Que tem como missão a gestão dos regimes de segurança social, incluindo o tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de segurança social e o exercício da acção social, bem como assegurar a aplicação dos acordos internacionais em matéria de segurança social e acção social. (Decreto – Lei n.º 211/2006 de 27 de Outubro). Consultado em www.seg-social.pt - “Quem Somos”

De igual modo, analisamos as mudanças sociais, desenvolvimento histórico dos fenómenos sociais e mudanças nas organizações com uma economia de tempo e de dinheiro, permitindo ao investigador consagrar o essencial da sua energia à análise propriamente dita (Quivy 1998, p. 203).

Além disso, de acordo com Pinto e Silva (2007, p. 17) é fundamental perceber que “o *económico*, o *político* ou o *simbólico* não constituem compartimentos estanques – são dimensões inerentes a *toda* a acção social, estão nela profundamente interligadas”.

Diremos, então, que perante uma análise sociológica podemos verificar que os variados modos como as acções dos indivíduos são condicionados por relações estabelecidas ao nível dos grupos e organizações em que se inserem e cujas características elas próprias produzem, reproduzem e transformam os indivíduos, nomeadamente, as famílias, os círculos de vizinhança, os meios profissionais, as instituições, o Estado, etc.

A investigação do presente estudo tem uma combinação quantitativa e qualitativa, ou seja, existe a necessidade de se recorrer de preferência a explicações e comparações que ponham em evidência os significados dos dados do que a explicações restritas e técnicas que implicariam um compromisso inabalável de não utilizar a quantificação (Gauthier *cit in* Hébert, Goyette, Gérard, 2005, p. 32).

Assim, podemos expressar que é importante a investigação quantitativa porque, como nos refere Huot (2002, p. 18) “a análise quantitativa permite a obtenção de precisão e de objectividade e possibilita a medição, a comparação e a inferência”.

Ainda, a importância da investigação qualitativa, leva-nos a permitir descrever, descodificar e traduzir certos fenómenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente (Guerra 2006, p. 11).

2. Objecto e objectivos de estudo

2.1 Objectivo Geral

De uma forma geral podemos dizer que o objectivo geral deste estudo traduz-se em:

- Analisar e compreender os custos do processo de (re)socialização dos Sem-Abrigo.

2.2 Objectivos Específicos

Como objectivos específicos estipulamos os seguintes:

- Identificar qual o grupo etário e sexo que mais necessita, recorre e depende dos serviços do Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo – Porto.
- Compreender de uma maneira geral a forma de como são aplicadas as verbas da acção social atribuídas ao Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo – Porto.
- Calcular o valor médio de custo de processo por rubrica, sendo uma importante ferramenta barométrica, de orçamentação e compreender as suas limitações na aplicação.
- Analisar a necessidade das medidas de protecção social.
- Compreender através dos processos e algumas teorias como os Sem-Abrigo estão relacionados com os serviços de acção social.

3. Técnicas e instrumentos utilizados

Ao longo deste trabalho recolhemos a informação através do ficheiro do Instituto da Segurança Social e gerido pelo Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo – Porto, tendo como base a orçamentação para o período de Abril a Dezembro de 2008 e toda a sua atribuição por tipos de subsídios distribuídos ao longo desse período, correspondente à criação e implementação da Equipa⁸.

Além disso, recolhemos informação relativa ao sexo, idade e de medidas de Política Social através da consulta da base de dados da instituição onde são inseridos todos os passos do trabalho técnico inerentes a cada indivíduo, nomeadamente o programa SCARE⁹.

Para a realização deste estudo foram construídas tabelas em ficheiro informático, nomeadamente, em Excel e Word, para a realização de cálculos e descrição pormenorizada da atribuição das verbas por tipo de subsídios da acção social (Huot 2002, p. 58, 59).

Aliás, toda esta informação juntamente com a restante, idade, sexo e medidas de Política Social serviu-nos de base para descrever de forma precisa, a distribuição interpessoal dos recursos económicos, na óptica do fenómeno (DGEEP 2006, p. 41).

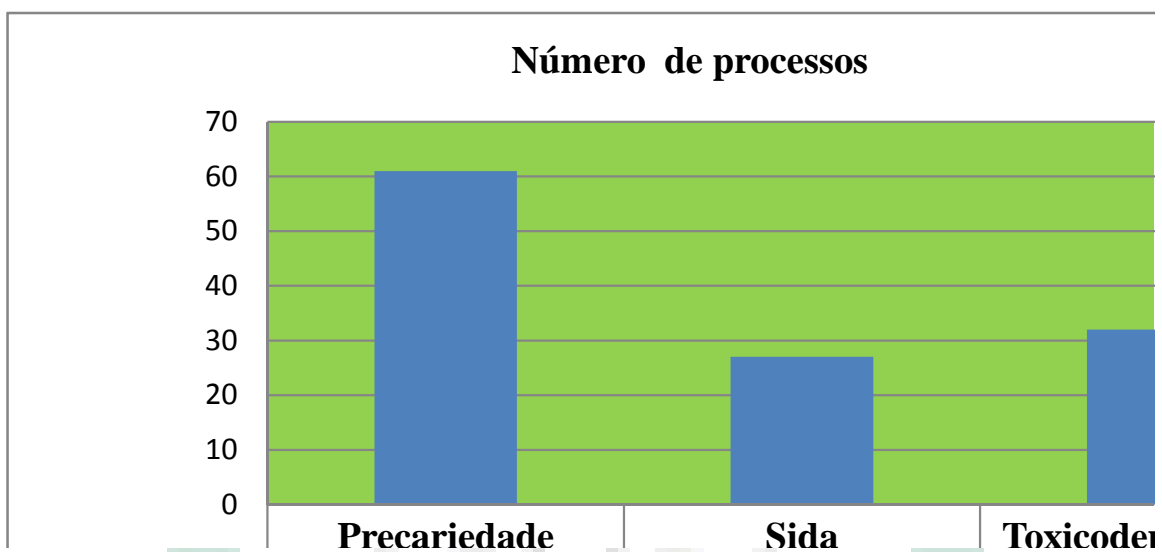
4. População/alvo do estudo

A população/alvo deste estudo prende-se a um universo de 120 processos de trabalho do Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo – Porto, considerados como indivíduos Sem-Abrigo. Importa referirmos novamente que, os 120 processos estão divididos por rubricas e com a distribuição abaixo mencionada:

⁸ Anteriormente caracterizado por CAEIS/SR (Centro de Acompanhamento, Estudos e Intervenção Social aos Sem Residência).

⁹ SCARE: Programa de uso interno do Instituto da Segurança Social para atribuição de subsídios.

Gráfico 4 – Totais de processos



Capítulo III – Apresentação e Análise dos Dados

1. Grupo Etário e Sexo

Um dos objectivos deste estudo passa, tal como foi referido, por conhecermos a extensão do fenómeno dos Sem-Abrigo, através da recolha e análise do número de processos atendidos/acompanhados pelo serviço num determinado período de tempo.

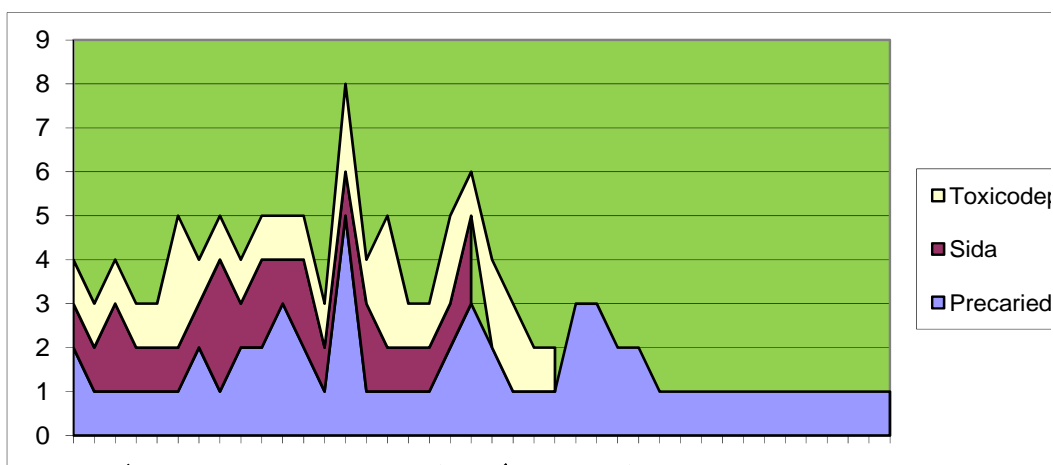
Partimos, então, à demonstração dos processos atendidos/acompanhados pelo Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo – Porto, nomeadamente, no que se refere à idade:

Tabela 2 – Idade e número de processos

Precariedade		SIDA		Toxicodependência	
Idade	Nº Processos	Idade	Nº Processos	Idade	Nº Processos
21	2	26	1	20	1
22	1	29	1	24	1
23	1	31	2	25	1
25	1	32	1	26	1
26	1	34	1	29	1
27	1	35	1	30	3
28	2	38	1	31	1
29	1	38	3	32	1
30	2	39	1	34	1
31	2	39	2	35	1
32	3	40	1	37	1
35	2	40	2	38	1
36	1	41	1	39	1
37	5	41	1	40	2
40	1	42	2	41	1
41	1	43	1	42	3
42	1	44	1	44	1
43	1	46	1	45	1
44	2	47	1	46	2
45	3	48	2	47	1
46	2			48	2
47	1			52	2
48	1			53	1
49	1			56	1
50	3				
52	3				
53	2				
54	2				
55	1				
56	1				
58	1				
59	1				
61	1				
62	1				
63	1				
65	1				
69	1				
70	1				
74	1				
89	1				

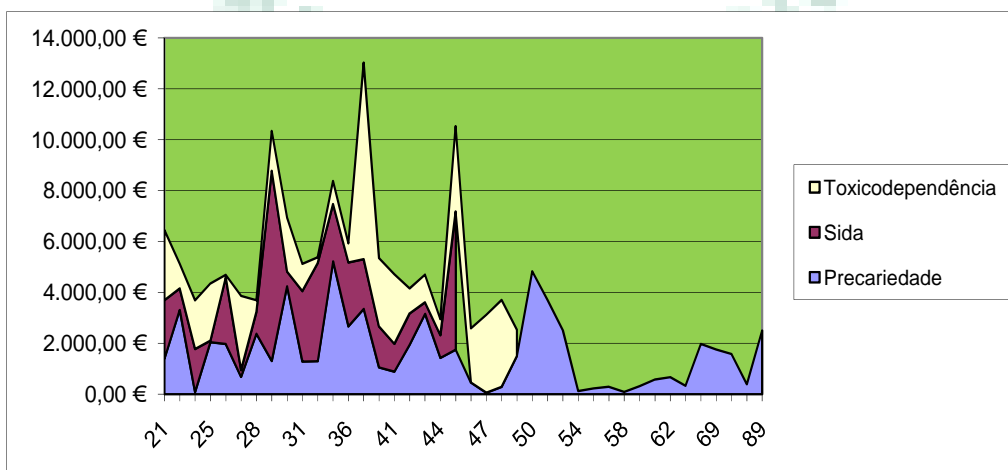
Na análise à tabela número 2 verificamos que na rubrica Precariedade a idade com maior número de processos situa-se nos 37 anos, na SIDA nos 38 anos e na Toxicodependência nos 30 e nos 42 anos. Convém salientarmos que na rubrica da Precariedade existem 4 processos ultrapassando a idade dos 65 anos.

Gráfico 5 – Número de processos e Grupo Etário



Em detalhe, ao observarmos o gráfico número 5 no global das três rubricas Precariedade, SIDA e Toxicodependência verificamos um maior número de processos incluídos no grupo etário dos 25 anos aos 50 anos. É fundamental referirmos que na Precariedade existe ainda um número considerado de processos no grupo etário dos 50 anos aos 60 anos. No entanto, na rubrica SIDA os processos não ultrapassam o grupo etário dos 50 anos, assim como, na rubrica Toxicodependência o grupo etário não ultrapassa os 60 anos.

Gráfico 6 – Custo total de processos e Grupo Etário



Em semelhança à análise do gráfico anterior (gráfico número 5), é possível identificarmos através do presente gráfico número 6, que o grupo etário dos 25 aos 50 anos na rubrica precariedade apresenta os valores mais elevados de custo por processo, enquanto a rubrica SIDA, e apesar de verificarmos a predominância de número de processos no grupo etário dos 36 aos 48 anos, os custos por processo atingem valores elevados antes desse grupo etário, ou seja, dos 28 anos aos 41 anos.

No que respeita à rubrica Toxicodependência o grupo etário com mais relevância é o dos 36 anos aos 52 anos, sendo o total de custo por processo superior nesse grupo, mas igualmente no grupo etário anterior dos 28 anos aos 47 anos.

Em suma, relativamente à idade podemos ainda referenciar de acordo com o número de processos atendidos/acompanhados que a média depara-se em cada rubrica de acordo com a tabela número 3, abaixo apresentada:

Tabela 3 – Média de Idades

	Precariedade	Sida	Toxicodependência
Média/Idade	44	39	39

No seguimento do estudo e correspondendo ao ponto em análise, analisamos o sexo dos processos atendidos/acompanhados, vejamos os próximos gráficos:

Gráfico 7 – Número de processos por Sexo

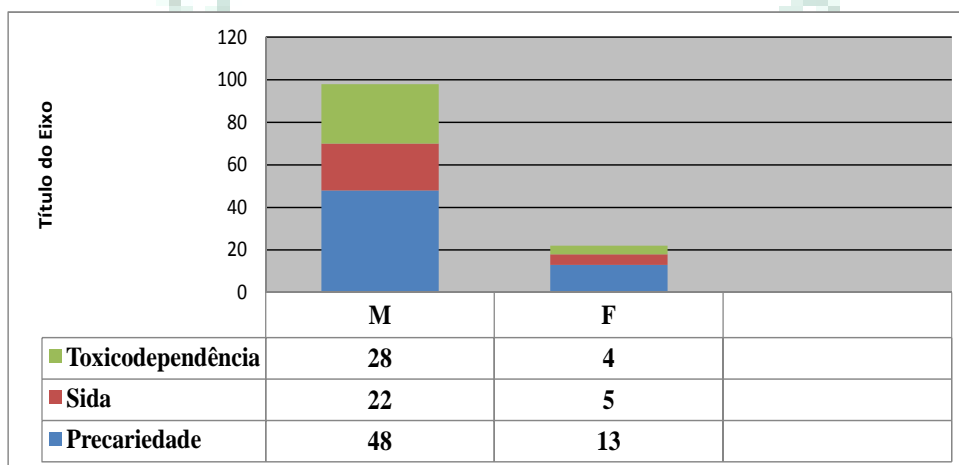
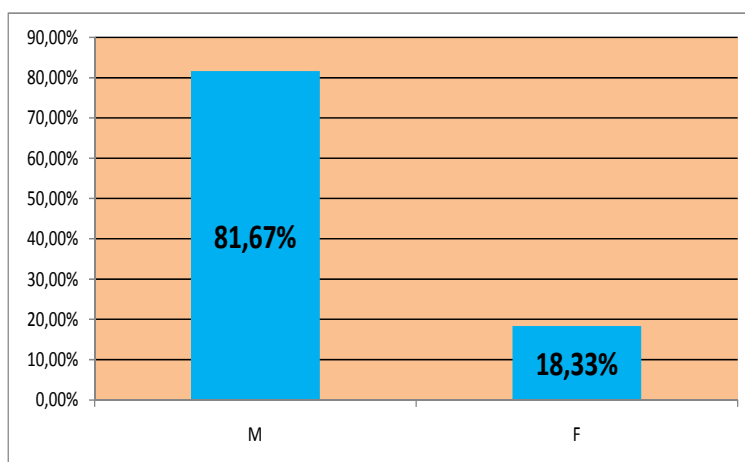


Gráfico 8 – Percentagem de processos por Sexo



Na realidade, de acordo com o gráfico número 7 a predominância dos processos atendidos/acompanhados tem um carácter realçado do sexo masculino nas três rubricas, contemplando também à quantidade de processos de cada uma. Daí que, ao efectuarmos o cálculo da percentagem, observamos no gráfico número 8 uma diferença expressiva no global das três rubricas Precariedade, SIDA e Toxicodependência do sexo masculino.

2. Orçamentação e Distribuição de Verbas

De acordo com a análise efectuada ao ficheiro da Segurança Social orçamentado para o período de Abril a Dezembro de 2008 para o Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo – Porto, verificamos a existência das seguintes verbas para utilizar/gerir:

Tabela 4 - Orçamento Segurança Social/Ação Social

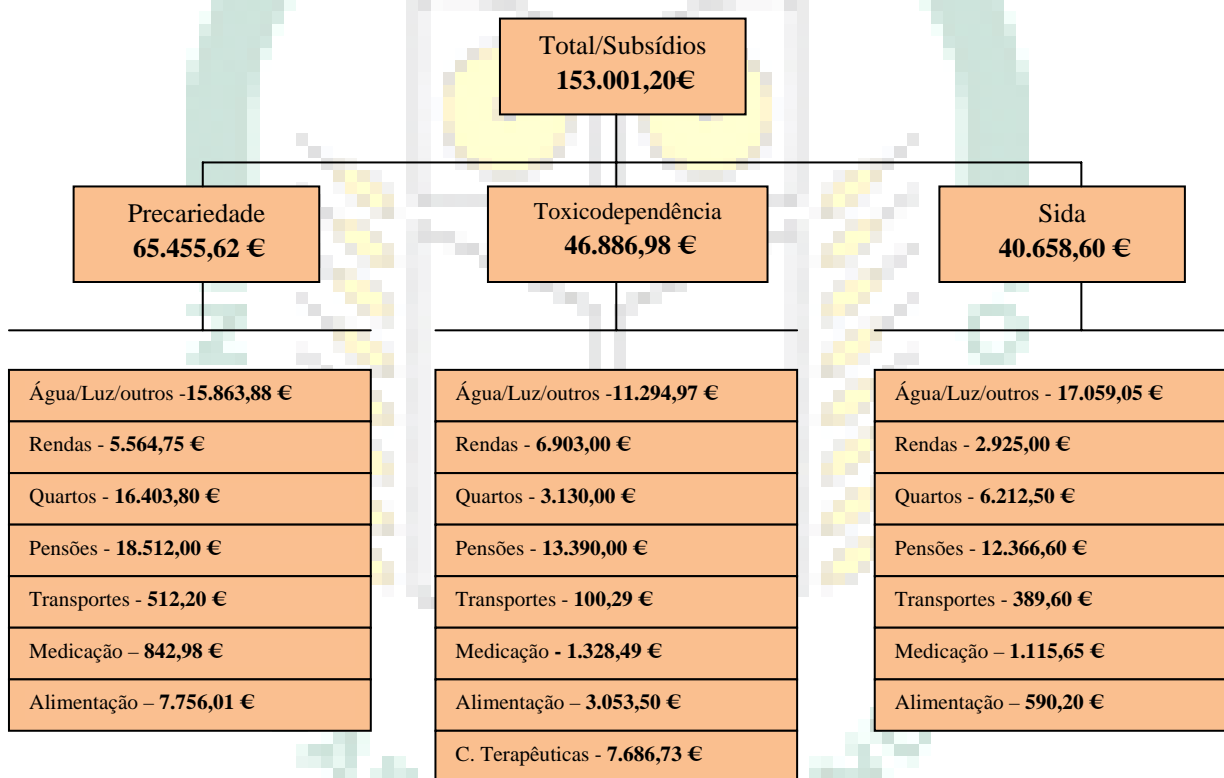
	Precariedade	Toxicodependência	SIDA
Verbas/Totais	70.000,00 €	49.000,00 €	49.000,00 €
Total	168.000,00€		

Cada uma das três rubricas possui características diferentes, de um modo geral, as rubricas são divididas por tipos de subsídios: Alimentação; Medicação; Transportes;

Pensões; Quartos; Rendas; Água, Luz e outros (electrodomésticos, roupa, dinheiro de bolso, etc.). Convém salientar que na rubrica da Toxicodependência existe mais um tipo de subsídio, as Comunidades Terapêuticas.

De forma a normalizarmos a informação e ser possível compararmos dimensões na análise dos custos, consideramos todos os tipos de subsídios em todas as rubricas independentemente da expressão de dimensão que tenham. Assim, de forma esquemática, o gráfico número 9 mostra a distribuição dos custos:

Gráfico 9 – Distribuição de Valores



De seguida, verificamos que a atribuição de subsídios possui diferentes valores, mas muito aproximados dos valores analisados e corrigidos. Note-se, que na análise e correcção efectuada verificamos que as diferenças dos valores eram mínimas e não relevantes para comentar. Devem-se ao facto de simples enganos, como por exemplo, a sobreposição de valores, sendo acumulados no ficheiro mas não autorizados para pagamento.

Tabela 5 – Totais Atribuídos

	Precariedade	Sida	Toxicodependência
Segurança Social	65.832,28€	40.669,60€	48.988,95€
Analísado/Corrigido	65.455,62 €	40.658,60 €	46.886,98 €

Consequentemente, passamos à análise de como é feita a distribuição dos valores necessários dos subsídios de acção social pelos vários tipos de subsídios associados a cada rubrica como suporte ao investimento técnico no projecto de reinserção social:

Tabela 6 - Subsídios – Precariedade (período de Abril a Dezembro de 2008)

Processo	Alimentação A	Medicação M	Transportes T	Pensões P	Quartos Q	Rendas R	Água, Luz e outros S	Total
1							1.080,00 €	1.080,00 €
2							100,00 €	100,00 €
3		13,45 €						13,45 €
4				600,00 €	1.000,00 €	154,75 €		1.754,75 €
5		137,69 €	121,40 €		1.592,50 €		119,98 €	1.971,57 €
6	254,00 €			140,00 €	398,00 €		438,00 €	1.230,00 €
7				1.860,00 €				1.860,00 €
8							30,00 €	30,00 €
9							78,10 €	78,10 €
10					1.050,00 €			1.050,00 €
11				390,00 €				390,00 €
12							85,00 €	85,00 €
13						1.650,00 €	694,59 €	2.344,59 €
14				607,50 €			60,00 €	667,50 €
15	1.034,00 €				1.440,00 €			2.474,00 €
16		12,54 €	12,00 €					24,54 €
17							677,60 €	677,60 €
18		101,30 €						101,30 €
19	420,00 €			1.900,00 €			1.008,70 €	3.328,70 €
20	70,00 €	33,29 €	74,00 €	372,00 €				549,29 €
21	175,00 €			340,00 €	380,00 €		408,20 €	1.303,20 €
22	215,00 €						550,00 €	765,00 €
23							25,00 €	25,00 €
24	175,00 €	50,00 €						225,00 €
25		5,97 €					306,55 €	312,52 €
26				2.500,00 €				2.500,00 €
27	329,00 €							329,00 €
28		20,00 €	57,30 €	356,00 €				433,30 €
29				750,00 €			137,03 €	887,03 €
30					3.150,00 €			3.150,00 €
31		47,10 €			260,00 €		159,00 €	466,10 €
32				420,00 €				420,00 €
33					1.200,00 €			1.200,00 €
34							50,00 €	50,00 €
35	162,51 €						870,00 €	1.032,51 €
36	165,00 €	42,98 €		250,00 €			181,00 €	638,98 €
37							200,00 €	200,00 €
38				1.500,00 €				1.500,00 €
39					1.575,00 €			1.575,00 €
40							280,00 €	280,00 €
41							30,00 €	30,00 €
42		11,41 €			1.400,00 €		1.472,00 €	2.883,41 €
43	755,00 €	10,80 €		1.152,50 €			25,77 €	1.944,07 €
44							1.972,20 €	1.972,20 €
45	661,00 €	134,49 €	111,90 €	1.200,00 €			663,90 €	2.771,29 €
46		22,55 €						22,55 €
47	70,00 €						100,00 €	170,00 €
48		107,88 €	22,40 €			2.310,00 €		2.440,28 €
49							1.400,00 €	1.400,00 €
50	880,00 €			1.124,00 €			130,00 €	2.134,00 €
51					1.080,00 €			1.080,00 €
52	100,00 €		74,60 €	400,00 €				574,60 €
53	200,00 €					650,00 €	32,76 €	882,76 €
54	340,50 €		15,50 €		1.728,30 €		576,50 €	2.660,80 €
55	1.088,00 €	91,53 €		810,00 €			50,00 €	2.039,53 €
56	662,00 €					800,00 €	1.842,00 €	3.304,00 €
57			23,10 €				30,00 €	53,10 €
58				1.350,00 €				1.350,00 €
59				290,00 €				290,00 €
60					150,00 €			150,00 €
61				200,00 €				200,00 €
Total	7.756,01 €	842,98 €	512,20 €	18.512,00 €	16.403,80 €	5.564,75 €	15.863,88 €	65.455,62 €

Tabela 7 - Subsídios – SIDA (período de Abril a Dezembro de 2008)

Processo	Alimentação A	Medicação M	Transportes T	Pensões P	Quartos Q	Rendas R	Água, luz e outros S	Total
1			46,20 €	600,00 €				646,20 €
2						450,00 €		450,00 €
3		153,10 €			2.151,50 €			2.304,60 €
4							260,00 €	260,00 €
5	152,20 €	191,02 €	111,75 €	1.600,00 €			80,01 €	2.134,98 €
6		36,29 €					540,00 €	576,29 €
7	175,00 €	40,65 €			875,00 €			1.090,65 €
8		23,68 €				675,00 €	1.252,24 €	1.950,92 €
9			27,90 €	500,00 €			100,00 €	627,90 €
10		79,81 €		916,60 €				996,41 €
11		197,37 €					542,25 €	739,62 €
12							3.850,00 €	3.850,00 €
13			23,75 €	900,00 €			28,00 €	951,75 €
14				2.100,00 €			441,00 €	2.541,00 €
15			180,00 €			1.200,00 €	3.640,59 €	5.020,59 €
16				1.800,00 €				1.800,00 €
17		3,10 €						3,10 €
18		28,72 €				600,00 €	225,00 €	853,72 €
19		15,28 €		1.240,00 €				1.255,28 €
20	263,00 €	13,36 €		610,00 €				886,36 €
21		53,78 €			540,00 €		249,34 €	843,12 €
22		173,65 €			1.050,00 €			1.223,65 €
23					1.596,00 €			1.596,00 €
24							2.613,00 €	2.613,00 €
25		52,59 €						52,59 €
26							2.507,72 €	2.507,72 €
27		53,25 €		2.100,00 €			729,90 €	2.883,15 €
Soma	590,20 €	1.115,65 €	389,60 €	12.366,60 €	6.212,50 €	2.925,00 €	17.059,05 €	40.658,60 €

Tabela 8 - Subsídios – Toxicodependência (período de Abril a Dezembro de 2008)

Processo	Alimentação A	C. Terapêutica C	Pensões P	Quartos Q	Rendas R	Água e Luz, outros S	Medicação M	Transportes T	Total
1				600,00 €		275,35 €	139,13 €		1.014,48 €
2	300,00 €			400,00 €		50,00 €			750,00 €
3	1.139,00 €		2.150,00 €			124,00 €			3.413,00 €
4					1.250,00 €	1.000,00 €			2.250,00 €
5		2.027,13 €							2.027,13 €
6			900,00 €				7,10 €	50,00 €	957,10 €
7					360,00 €		728,44 €		1.088,44 €
8	100,00 €				500,00 €	2.156,00 €		30,00 €	2.786,00 €
9				1.260,00 €		39,70 €			1.299,70 €
10						50,00 €	80,68 €		130,68 €
11	300,00 €		600,00 €			80,00 €			980,00 €
12	342,00 €		620,00 €						962,00 €
13							11,63 €	20,29 €	32,92 €
14			1.575,00 €			69,00 €	10,97 €		1.654,97 €
15							4,24 €		4,24 €
16			225,00 €						225,00 €
17			1.400,00 €						1.400,00 €
18						1.910,00 €			1.910,00 €
19		2.307,30 €			2.100,00 €	3.187,11 €			7.594,41 €
20		2.068,80 €				50,00 €			2.118,80 €
21						94,40 €	2,95 €		97,35 €
22		50,00 €			693,00 €	67,00 €	18,09 €		828,09 €
23	441,00 €		2.340,00 €				28,67 €		2.809,67 €
24				340,00 €		68,45 €			408,45 €
25		50,00 €	450,00 €			317,25 €	252,08 €		1.069,33 €
26			550,00 €			27,50 €	37,41 €		614,91 €
27		1.183,50 €	220,00 €			161,81 €			1.565,31 €
28				700,00 €					700,00 €
29	59,50 €								59,50 €
30					2.000,00 €	1.351,00 €			3.351,00 €
31	372,00 €		2.030,00 €			216,40 €			2.618,40 €
32			450,00 €				7,10 €		457,10 €
Soma	3.053,50 €	7.686,73 €	13.390,00 €	3.130,00 €	6.903,00 €	11.294,97 €	1.328,49 €	100,29 €	46.886,98 €

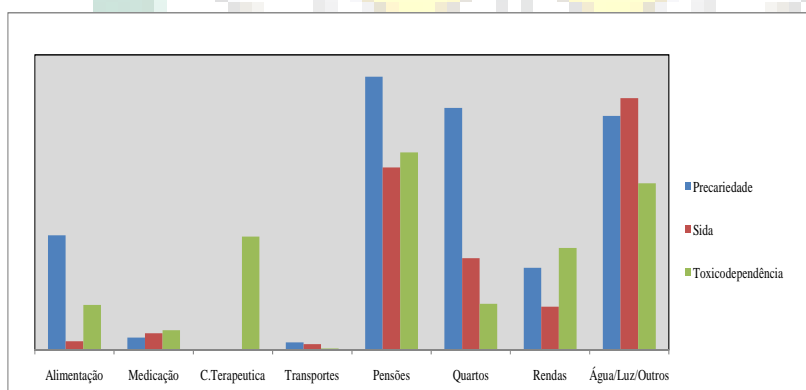
Ainda, na análise à distribuição dos subsídios pelas três rubricas verificamos um maior valor gasto em Precariedade, seguido da Toxicodependência e depois SIDA. Importa no entanto, confrontar com o número de processos existentes em cada uma das rubricas. De

igual modo, toda a distribuição dos subsídios tem a sua coerência olhando à dimensão dos processos de cada rubrica.

Portanto, na análise ao gráfico número 10 a relação entre os vários tipos de subsídios e as rubricas Precariedade, SIDA e Toxicodependência, identificamos com clareza que os custos, independentemente das rubricas a que pertencem, com maior expressão dizem respeito à Habitação, nomeadamente, Pensões e Quartos.

Além disso, a existência de alguns processos, principalmente, na rubrica da Precariedade com atribuição de subsídios no mesmo processo em Pensões e Quartos, deve-se ao facto da não adequação ao local, a não existência de outro lugar na altura da intervenção e/ou a visualização técnica da necessidade de mudança.

Gráfico 10 - Comparativo



Convém, salientarmos que na Água/luz/outros existe também uma grande expressão no gasto, devido à complexidade do fenómeno e à estratégia técnica de (re)socialização, que muitas vezes passa, apenas, por uma infinidade metodológica de criação e interiorização de autonomia ao indivíduo em situação de Sem-Abrigo. Como por exemplo, ter algum dinheiro de bolso, tabaco, alguns artigos de cosmética e etc.

3. Valor Médio

Os valores distribuídos por tipos de subsídios totalizam por processo uma relação muito díspar entre eles. Por um lado, encontramos no total das três rubricas um valor mínimo, por processo de **3,10€**, como também, por outro lado, um valor máximo por processo de **7.594,41€**. Atendendo ao facto, do presente trabalho limitar-se apenas aos custos distribuídos pelo serviço do Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo – Porto, na tentativa de (re)socialização de um indivíduo e não na análise da estratégia técnica de alguns processos, podemos deduzir e nunca apontar juízos, que o valor mínimo tenha um carácter esporádico de apoio a alguma instituição com diversos recursos, nomeadamente, Casa da Rua, Albergue, Samaritanos e etc. E, o valor máximo tenha um carácter de investimento técnico na finalização da autonomia e precoce inserção do indivíduo na sociedade.

Na realidade, de forma a mostrarmos a diferença entre a especificidade dos processos de cada uma das rubricas, é importante observarmos o custo médio de cada um dos processos pelas diferentes rubricas.

Tabela 9 – Média

	Custo Médio Abril a Dezembro/2008	Custo Médio Mensal	Custo Médio Anual
Precariedade	1.073,04 €	119,23 €	1.430,76 €
Toxicod dependência	1.465,22 €	162,80 €	1.953,60 €
Sida	1.505,87 €	167,32 €	2.007,84 €

Fazendo-nos recordar que a rubrica de maior relevância, pelo número de processos e pelo valor global, é a Precariedade. É de referir que os processos da rubrica SIDA e Toxicod dependência são mais dispendiosos. Para além disso, não podemos deixar de referir que a rubrica da Toxicod dependência tem mais um tipo de subsídio, a Comunidade Terapêutica, sendo o terceiro tipo de subsídio desta rubrica, o com mais valor distribuído.

Ainda, é de realçar que o valor médio serve apenas como uma ferramenta para controlo dos custos e na ajuda à orçamentação de anos posteriores. Em todo o caso e atendendo à complexidade do fenómeno é sempre delicado possuir um valor preciso.

4. Medidas de Protecção Social

Na análise seguinte, podemos verificar algumas medidas complementares, ou seja, no sentido de compreendermos o ajuntamento às verbas acima comentadas e aplicadas nos processos atendidos/acompanhados, no combate à exclusão social, nomeadamente, o Rendimento Social de Inserção, Pensão de Invalidez e Velhice. De igual modo, verificamos outras medidas no combate à exclusão social, nomeadamente, a Bolsa de Formação e o Subsídio de Desemprego, aplicadas nos processos atendidos/acompanhados. Primeiramente, passamos a uma observação da distribuição dessas medidas por rubrica e processo, através das tabelas número 10,11 e 12, para um posterior comentário.

Tabela 10 – Protecção Social/Precariedade

Processo	RSI	BOLSA FORMAÇÃO	PENSÃO INVALIDEZ	PENSÃO VELHICE	SUBSÍDIO DESEMPREGO
1			204,50€		
2	181,91€				
3					
4				236,47€	
5	181,91€				
6					
7			363,81€		
8					
9			354,72€		
10					
11				215,56€	
12					
13					
14					
15	181,91€				
16					
17					
18					
19			198,74€		
20					
21					
22	181,91€				
23					
24			187,62€		
25					
26				236,47€	
27					364,80€
28					
29	181,91€				
30			363,81€		
31	181,91€				
32	181,91€				
33			263,76€		
34					
35	181,91€				
36					
37					
38			291,05€		
39				363,81€	
40					
41					
42					
43					
44			236,47€		
45					
46	181,91€				
47	181,91€				
48	181,91€				
49					
50					
51	181,91€				
52	181,91€				
53	363,82€				
54	181,91€				
55					
56	181,91€				
57	181,91€				
58	181,91€				
59			236,47€		
60					
61	181,91€				

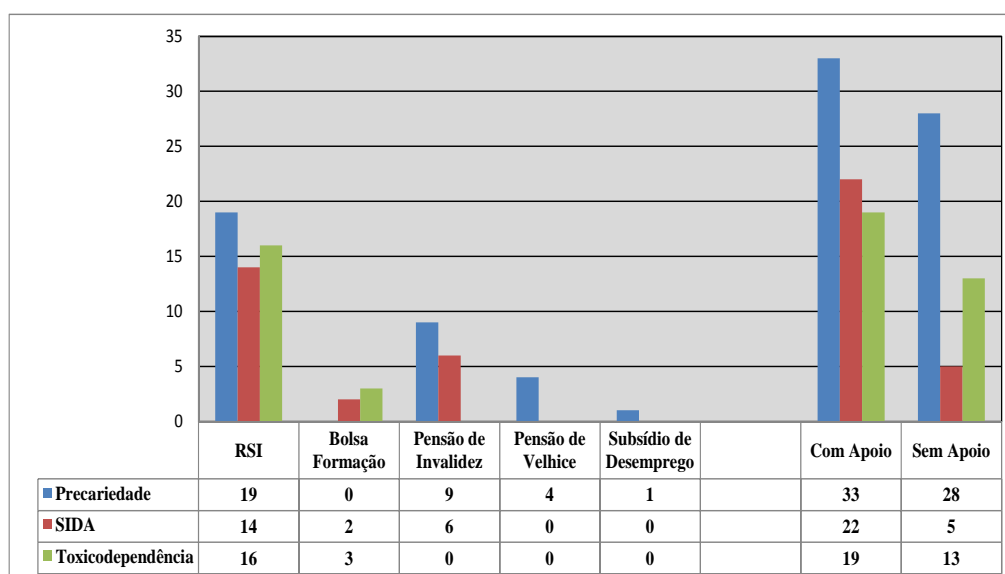
Tabela 11 – Protecção Social/Sida

Processo	RSI	BOLSA FORMAÇÃO	PENSÃO INVALIDEZ	PENSÃO VELHICE	SUBSÍDIO DESEMPREGO
1	181,91€				
2	181,91€				
3	181,91€				
4					
5		475,00€			
6					
7		427,00€			
8	181,91€				
9					
10	181,91€				
11	181,91€				
12			198,74€		
13					
14			263,76€		
15	374,36€				
16			236,47€		
17			236,47€		
18	314,77€				
19	181,91€				
20	181,91€				
21					
22			236,47€		
23	181,91€				
24	181,91€				
25	181,91€				
26			236,47€		
27	181,91€				

Tabela 12 – Protecção Social/Toxicodependência

Processo	RSI	BOLSA FORMAÇÃO	PENSÃO INVALIDEZ	PENSÃO VELHICE	SUBSÍDIO DESEMPREGO
1	181,91€				
2					
3	181,91€				
4					
5					
6					
7		221,00€			
8	181,91€				
9	181,91€				
10	181,91€				
11					
12	181,91€				
13					
14	181,91€				
15					
16	181,91€				
17	181,91€	21,79€			
18	181,91€				
19					
20					
21					
22	181,91€				
23	181,91€				
24					
25					
26	181,91€				
27					
28	181,91€				
29					
30	181,91€				
31		250€			
32	181,91€				

Gráfico 11 – Total da atribuição de Protecção Social



Devemos notar, que o RSI (Rendimento Social de Inserção) é a medida mais aplicada no total das três rubricas. Em detalhe, a rubrica da Precariedade apresenta um considerado número de processos sem apoio (28), sendo que para além dos inseridos no RSI (Rendimento Social de Inserção), 4 processos têm a pensão de velhice (ultrapassam os 65 anos), 9 têm a pensão de invalidez e 1 com subsídio de desemprego, ou seja, tal equivale a dizermos, que a rubrica da Precariedade engloba e como já acima referido um maior número de casos com variados factores de exclusão social, daí a dificuldade talvez em aceder aos apoios.

Na rubrica SIDA apenas 5 processos estão sem apoio e na rubrica da Toxicodependência também temos um número considerado de processos sem apoio (13). Sendo mais específicas estas rubricas, do que a Precariedade, ao nível da variedade de factores de exclusão, não podemos deixar de relevar que o problema da adição (álcool e Toxicodependência) tem muitos altos e baixos.

No global e em relação às medidas, nomeadamente, a bolsa de formação e subsídio de desemprego observamos um fraco número de processos em acedência. Daí que, notamos uma dificuldade enorme na introdução deste fenómeno nestes apoios. Consideremos que, todo este facto, provavelmente está relacionado com baixas qualificações, trabalho precário,

pouca formação profissional, indocumentados, falta de hábitos de trabalho e diversas patologias.

5. Discussão

Em modo sequencial, de acordo com objectivos específicos inicialmente propostos, passamos nesta fase do trabalho a efectuar uma discussão dos dados obtidos decorrentes das análises no ponto anterior efectuadas, comparando-as com alguns efectuados e teorias relacionadas.

No primeiro ponto *grupo etário e sexo*, a partir da análise à média de idades (Precariedade-44anos; SIDA-39anos; Toxicodependência-39anos) e sexo (Masculino-81,67%; Feminino-18,33%) encontrada no presente estudo, verificamos que as características do perfil dos Sem-Abrigo que recorrem aos serviços do Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo – Porto continuam a apresentar semelhanças com alguns outros estudos, como por exemplo, o de Costa (*cit in* ISS, I.P. 2005, p. 74) que refere-nos que os Sem-Abrigo têm “...desde a década de 90... como um indivíduo do sexo masculino, com idade média de 48 anos...”. Assim como, Bento e Barreto (2002, p. 32) definem o perfil de Sem-Abrigo com “sendo alguém que pertence ao sexo masculino; raça branca, naturalidade e nacionalidade portuguesas, idade entre os 35 e os 60 anos...”.

No segundo ponto *orçamentação e distribuição* das verbas verificamos na generalidade e de acordo com o gráfico número 9 com os valores totais atribuídos em cada uma das rubricas (Precariedade, SIDA e Toxicodependência) resultantes das tabelas particularizadas números, 6, 7 e 8 que os valores distribuídos estão efectuados por tipos de subsídios, sendo de notar que o maior valor está associado na globalidade das rubricas à habitação, às pensões, aos quartos e Água/luz e outros. Resultado este que expressa de forma numérica o alicerce base para o início de um processo de (re)socialização. Consideremos assim, o que nos refere Bento e Barreto (2002, p. 90):

... ora o acesso a uma casa é um elemento fundamental para o estabelecimento de um sentimento ontológico de segurança... que envolve a confiança na continuidade da auto-identidade e na

constância do ambiente social e material...À noção de lar estão associados significados emocionais que têm a ver com permanência, estabilidade, familiaridade, previsibilidade, refúgio, controlo, privacidade e base de segurança a partir da qual se constrói a identidade e se expressa a personalidade.

De igual modo, no estudo do ISS, I.P. (2005, p. 24) observamos que:

...a situação das pessoas que se encontram a viver temporariamente em pensões, quartos particulares ou hospedarias poderá, assim, contribuir de forma decisiva para a concepção de propostas de acção concertadas e estratégicas que contemplem todo um *continuum* que vai desde o diagnóstico à intervenção no terreno, passando pelo desenvolvimento de sistemas de comunicação/informação, pela formação/supervisão dos técnicos, pela reestruturação dos apoios disponíveis, pela avaliação de impactos, pela necessidade de reajustamentos normativos em áreas como o emprego ou a protecção social ou pela imperiosa necessidade de convocar as sempre ausentes respostas habitacionais, numa perspectiva que não seja a da transitoriedade.

No terceiro ponto a obtenção de um *valor médio* por custo anual de processo reveste-se de particular importância, tendo em conta a necessidade anual de orçamentação, pelo que a existência de valores médios de referência permitem sustentar alterações na condução de novas verbas para este tipo de apoios. De notar que o valor médio aqui apresentado está contudo condicionado e muito longe da realidade, pelo facto, de determinados apoios, nomeadamente, alimentação, medicação e etc. serem suportados através de parceria com outras instituições, com outros recursos(ver tabela 1). Convém, salientarmos que na generalidade a principal fonte de rendimento dos Sem-Abrigo é a Segurança Social (ISS, I.P. 2005, p. 135).

No quarto ponto, *medidas de protecção social* verificamos a generalidade da protecção social na acção social, que tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, de exclusão ou de vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades. Para além disso, destina-se também a assegurar a especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social (Segurança Social, 2009).

Neste ponto, por um lado, com relevância temos a Precariedade que engloba um maior número de casos com variados factores de exclusão social, daí a dificuldade talvez em aceder aos apoios, ou seja, os obstáculos podem ser referentes ao que Costa (2007, p. 78) expõe no seu estudo que a população Sem-Abrigo tem, “...baixas qualificações, são analfabetos, têm pouca formação profissional, indocumentados, sofriam de doença mental, etc....”.

Por outro lado, temos o RSI (Rendimento Social de Inserção) como a medida mais aplicada em todas as rubricas. De acordo com o ISS, I.P. (2005, p. 206):

o recurso ao rendimento social de inserção (RSI), como medida para abranger as situações de maior precariedade social e económica, não se constitui como o recurso adequado aos sem-abrigo, pelas condicionantes expressas na própria legislação como a inscrição no Centro Emprego da área de residência. Contudo, o programa de inserção aliado à prestação pecuniária seria fundamental para a inserção desta população.

Em suma, toda a complexidade da exclusão social dos Sem-Abrigo e o seu estado de privação e não apenas material está propriamente relacionado com os serviços de assistência social e têm tipologias diferentes, os *assistidos*, são aqueles que estão vinculados aos serviços de assistência, os *fragilizados*, são os que mantêm distância dos serviços sociais e os *marginalizados*, são os que rompem com os vínculos sociais. Tal equivale a dizermos que as medidas de protecção social cumprem o papel de acompanhar e integrar os assistidos, mas também podem contribuir para a estigmatização dessas pessoas e influenciar a construção das suas identidades. (Paugam 2003, p. 15).

Conclusão

O presente trabalho foi desenvolvido sobre uma perspectiva de análise documental com os dados de uma instituição, o Núcleo de Qualificação Famílias e Território - Equipa dos Sem-Abrigo – Porto, tendo como objectivo principal analisar e compreender os custos do processo de (re)socialização dos Sem-Abrigo. Pretendemos demonstrar, segundo Bardin (2004, p. 40) que uma análise documental é uma “operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo do documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referenciação”. De igual modo, prendemo-nos em tratar toda a informação contida com o objectivo de darmos uma forma conveniente e representarmos de outro modo essa informação.

Assim, podemos dizer que este trabalho, através de todos os passos de pesquisa efectivados, lançou resultados positivos na compreensão técnica de atribuição e necessidade dos custos de acção social para o combate do fenómeno dos Sem-Abrigo.

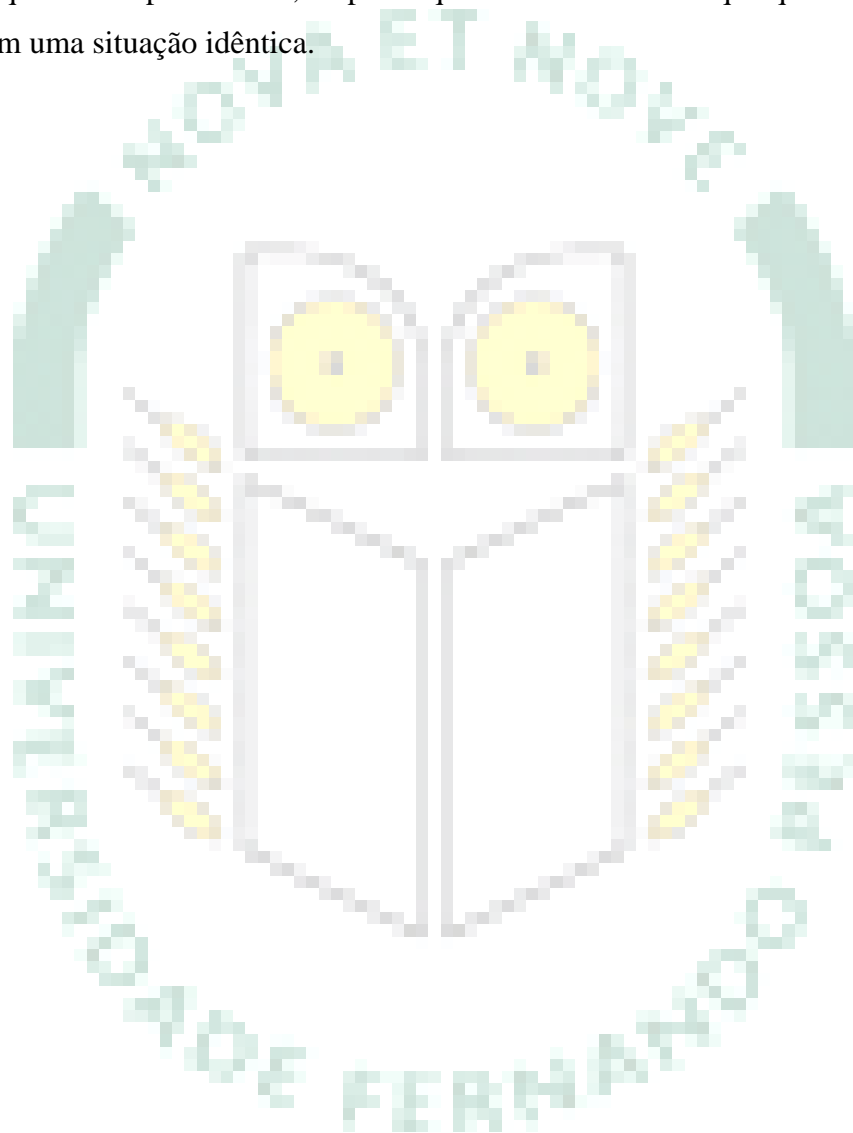
Os objectivos específicos estipulados para este estudo foram atingidos, na medida em que permitiram aprofundar os conhecimentos sobre a problemática do fenómeno dos Sem-Abrigo.

Ao chegar ao fim deste trabalho verificamos e como já referido por António Bento e Elias Barreto que para combater o fenómeno dos Sem-Abrigo, além dos vários factores que contribuam para a (re)socialização do Sem-Abrigo, estabelecendo as condições mínimas exigíveis para o seu bem-estar físico, mental e social é, necessário muito dinheiro para combater eficazmente este fenómeno.

Em modo de conclusão, é fundamental percebermos, que o presente trabalho foca os custos de um período curto de trabalho e apenas de uma instituição pública. Em todo o caso não deixaria de ser de maior importância a organização de projectos de investigação que levassem a cabo uma amostra condicionada de processos em acompanhamento e/ou em início de acompanhamento, mas procurando todos os intervenientes na (re)socialização de um Sem-Abrigo para obter resultados mais precisos. Poder-se-á, então, através destes

estudos obter uma melhor ajuda no combate ao fenómeno e melhoria das políticas sociais e institucionais.

Terminando, pensamos que através dos exemplos apresentados é possível apercebermo-nos da complexidade do fenómeno e provocar uma certa sensibilidade sobre o mesmo, não esquecendo a individualização crescente da sociedade e todas as mudanças económicas que se vão produzindo, ao passo que cada um de nós a qualquer momento pode defrontar com uma situação idêntica.



Bibliografia

Almeida, J. (1995). *Introdução à Sociologia*. Lisboa. Universidade Aberta

Baptista, I., Perista, P., Carrilho, P., (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, 1ª ed, coord. Alfredo Bruto da Costa, Lisboa, Gradiva

Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. 3ª ed. Lisboa. Edições 70

Bento, A., Barreto, E. (2002). *Sem Amor Sem Abrigo*. Lisboa. Climepsi

Bloco de Esquerda Porto (2007). *Livro Negro Sobre a Pobreza no Distrito do Porto*. Porto. Rainho e Neves

Cabral, N. (2001). *O financiamento da Segurança Social e suas implicações redistributivas*. Lisboa. Associação Portuguesa da Segurança Social

Chaves, I. (sd). SIDA E CUIDADOS PALIATIVOS [em linha] disponível em <http://www.cpihts.com/PDF02/In%C3%AAs%20Chaves.pdf>. [consultado em 18/05/2009]

Costa et al (1999). POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL. A Área Metropolitana do Porto. [em linha] disponível em http://www.dpp.pt/pages/files/pobreza_amp.pdf. [consultado em 04/05/2009]

Costa, A. (2007). *Exclusões Sociais*. 6ª ed. Lisboa. Gradiva

Costa, A. et al. (2004). *Sem-Abrigo e Imigração Olhares sobre a realidade em Portugal*. 1ª ed. Lisboa. Padrões Culturais Editora

DGEEP (2006). *Protecção Social. Cadernos Sociedade e Trabalho-VII*. Lisboa. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Dortier, J. (2006). *Le Dictionnaire des Sciences Humaines. Trad.* Boléo, M. Lisboa. Climepsi

Dubar, C. (1997). *A SOCIALIZAÇÃO Construção das identidades sociais e profissionais.* Porto. Porto Editora

Estratégia Nacional para a integração de Pessoas Sem-Abrigo – Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015. [CD-ROM]. IBM PC e compatível

FEANTSA. [em linha] disponível em <http://www.feantsa.org/code/en/hp.asp>. [consultado em 13/04/2009]

Grafmeyer, Y. (1994). *Sociologia Urbana.* Mira Sintra. Publicações Europa América

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo.* Estoril. Principia Editora

Hébert, M., Goyette, G., Gérard, B. (2005). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas.* 2ªed. Lisboa. Instituto Piaget

Huot, R. (2002). *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas.* Lisboa. Instituto Piaget

IOL, (2008). 18 por cento dos portugueses abaixo do limiar da pobreza, [em linha] disponível em <http://diario.iol.pt/sociedade/pobreza-pobres-ami-salarios-cri-se-cais/1003030-4071.html> [consultado em 13/04/2009]

ISS, I.P (2005). *Estudo dos Sem-Abrigo.* Lisboa. Instituto da Segurança Social, I.P.

Lei nº 4/2007, de 16 de Janeiro, aprova a nova Lei de Bases do Sistema de Segurança Social

Maia, R. (2002). *Dicionário de Sociologia.* Porto. Porto Editora

Moles, A., Mouchot, J. (s.d.). *Os métodos das ciências humanas na empresa.* Lisboa. Editorial Enciclopédia

MTSS (2009). Boletim Estatístico 2009. [em linha] disponível em <http://www.dgeep.mtss.gov.pt/estatistica/be/bejan2009.pdf>. [consultado em 01/05/2009]

MTSS (2009). MTSS apresenta Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-Abrigo. [em linha] disponível em http://www.mtss.gov.pt/tpl_intro_destaque_iies.asp?1664. [consultado em 13/04/2009]

Paugam, S. (2003). *Desqualificação Social ensaio sobre A Nova Pobreza*. São Paulo. Cortez Editora

Pinto, J., Silva, A. (2007). *Metodologia das Ciências Sociais*. 14ª ed. Edições Afrontamento. Porto

PNAI 2006-2008. [em linha] disponível em <http://www.pnai.pt/docs/PNAI%202006-2008%20-%20português.pdf> [consultado em 13/04/2009]

Quivy, R. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa. Gradiva

Rediteia 36 (2005). Os sem-abrigo. [em linha] disponível em <http://www.reapn.org/recursos/Rediteia36.pdf>. [consultado em 18/04/2009]

RTP (2009). Estratégia Nacional para a Integração dos Sem-Abrigo. [em linha] disponível em <http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?t=Estrategia-Nacional-para-a-Integracao-dos-Sem-Abrigo.rtp&article=207918&visual=3&layout=10&tm=8&rss=0> [consultado em 13/04/2009]

Segurança Social. [em linha] disponível em www.seg-social.pt. [consultado em 13/04/2009]

Silva, B. (1987). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas

Silva, L. (2001), *Acção Social na Área da Família*, Lisboa, Universidade Aberta

Silva, S. (2007). *Identidades e Sem-Abrigo*. Lisboa. Cadernos Sísifo 3

Sommer, M. (2004). *Carreiras de Saída da Toxicodependência*. Lisboa. Climepsi

Sousa et al, (2007). *Famílias Pobres, Desafios à Intervenção Social*. 1ªed, Col. Sistemas, Famílias e Terapias, Lisboa, CLIMEPSI EDITORES

Sousa, L. (2005), *Famílias Multiproblemáticas*, 1ªed, col.Psicologias, Coimbra, Quarteto.

Thelen, L. (2006). *L'Exil de soi: sans abri d'ici et d' ailleurs*. Bruxelas. Facultés Universitaires Saint-Louis

Vieira, M., Bezerra, E., Rosa, C. (2004). *População de Rua quem é, como vive, como é vista*. São Paulo BR. Editora Hucitec

Xiberras, M. (1993). *As Teorias da Exclusão*. Lisboa. Instituto Piaget

